



A TRÍPLICE ALIANÇA E A ESTRATÉGIA BRASILEIRA*

Transcrito da Revista do Instituto Histórico e
Geográfico Brasileiro — nº 327 — abril - junho - 1980.

Davis Ribeiro de Sena

A história dessa campanha oferece vasto repositório de fatos que encerram as mais proveitosas lições para uma educação militar. Mas, para que assim aconteça, é indispensável que sejam esses fatos analisados criteriosamente e sem prevenções de qualquer natureza, o que está ainda por fazer. Coronel Jerônimo de Moraes Jardim.

O CONE SUL

A partir da descoberta e com a expansão das correntes colonizadoras ibéricas, o chamado Cone Sul do subcontinente americano sempre foi uma área conflagrada. A Bacia Platina — a região que mais se assemelha às condições climáticas e geográficas do continente europeu e principal produtora de matérias-primas básicas, tais como os cereais nobres, a lã e a carne — era um dos pólos de fundamental interesse econômico para as metrópoles (Madri e Lisboa) sendo,

muitas vezes, ameaçadas pela cobiça das grandes potências europeias — Inglaterra e França à frente — que ali faziam incursões de rapina e de tentativa de fixação.

Inicialmente impelidos pela mera curiosidade e o amor à aventura e, posteriormente, como fruto da evolução política e da busca do desenvolvimento, é sabido que os povos que controlam as cabeceiras dos rios anseiam ampliar este domínio até a foz dos mesmos e, em contrapartida, aqueles que dominam a foz procuram subir os rios até às nascentes, o que resulta na inevitável di-

* Conferência proferida, no Clube Militar, em 14 de maio de 1899.

cotomia econômico-militar que conduziu, muitas vezes, ao conflito armado.

Beneficiado pelas imensas riquezas auríferas e argentíferas encontradas de imediato no subsolo, a organização e a instalação de empreendimentos mineradores ditaram a estabilidade do colonizador espanhol. Embora mais fortes sob o prisma militar, empregava a maioria dos seus recursos em homens e material para submeter os autóctones e proteger as minas da cupidez internacional e, apenas ocasionalmente, utilizava sua força para reprimir o excesso de atrevimento luso, regressando a seguir aos seus afazeres mineiros. Por seu lado, o émulo português, às voltas com silvícolas nem sempre dóceis, rios caudalosos e extensas matas virgens, transformou-se em desbravador dos sertões, à procura do enriquecimento fácil e instantâneo.

Somando a esses parâmetros os antagonismos, divergências e ressentimentos acumulados por lusos e espanhóis desde o primeiro quartel do século XIII e transferidos para seus herdeiros do Novo Continente, poderemos compreender a instabilidade (à exceção do Chile, protegido e isolado pelo Íngreme anteparo dos Andes) em que se encontrava o pretendido equilíbrio geopolítico, nesta parte do território americano, no decorrer do século XIX, ocasião em que as nações desabrochavam para a autonomia política e lutavam, ardorosamente, pela sua afirmação como países soberanos (Fig.1).

O Paraguai

Este país foi o primeiro a repelir o jugo espanhol na América do Sul (14 de maio de 1811). Com a independência, a sociedade paraguaia – ainda em formação e fundamentada sobre os rígidos dogmas e preconceitos jesuíticos – foi dirigida por uma sequência contínua de ditadores, que organizou, na região por ela habitada, um regime feudal, com aparência republicana, que jamais sofreu solução de continuidade. Desde o século XVI, com a fundação da cidade de Assunção (1537), pelos aventureiros espanhóis, como base de apoio no caminho do altiplano andino, simultaneamente à de Buenos Aires (1536), 1.000 quilômetros ao sul, iniciou-se forte rivalidade entre as duas cidades – face ao exuberante e meteórico progresso da segunda (a partir de 1580, quando foi reconstruída), excelentemente localizada na margem direita do rio da Prata e possuidora de excepcional terminal portuário. Sem sombra de dúvida, a irreversível condição insular do jovem país limitava o seu desenvolvimento econômico e forjava uma mentalidade nacional una e sólida, galharda e insubmissa, mas esquivada, temerária e magoada.

De outra parte, era “desígnio histórico” de toda a nação guarani – legado por seus maiores castelhanos e ampliado durante mais de 3 séculos por seus “homens fortes” – a recuperação das terras outrora sob a jurisdição dos missionários jesuítas, mas perdidas,



Figura 1 – Mapa aproximado da divisão geopolítica do Cone Sul, em fins do século XVIII. As lindes entre os vice-reinados, capitanias, intendências e governos não eram bem definidas, o que motivou discussões intransigentes em sua demarcação física, levando muitas vezes os herdeiros dos colonizadores espanhóis e portugueses à guerra. A verdade é que as administrações, sediadas nas principais localidades, não sabiam, exatamente, até onde ia a sua jurisdição e, na maioria das vezes, exageravam a sua extensão.

definitivamente, para os bandeirantes, no momento em que estes as conquistaram ao romperem, com violência, o cordão das Tordesilhas.¹

Finalmente, o povo paraguaio, coeso culturalmente e enclausurado e disciplinado religiosa e militarmente, foi, com certeza, a nacionalidade latino-americana que assimilou mais rapidamente o sentimento pátrio, ligando-o ao território que ocupava.

A Argentina

O fator preponderante na estratificação da sociedade argentina nascente, era a contínua disputa hegemônica entre os portenhos (unitários e adeptos da doutrina do protecionismo alfandegário, mais fomento industrial interno) e as províncias (federalistas e partidárias do livre comércio com a Europa, particularmente, a Inglaterra), que quase fragmentava a área platina em pequenos e inviáveis Estados independentes. Algumas dessas províncias – que constituíram o antigo Vice-Reinado do Prata – eram governadas por caudilhos inquietos e despreparados para o exercício dessas lideranças, muitas vezes colocando suas ambições pessoais acima dos interesses nacionais.

Por outro lado, era objetivo permanente e unânime – dissimulado, ou não – de todos os chefes provinciais, a reconstituição de uma república que incluísse o território e a população do Estado Oriental, nos moldes da extinta federação do estuário do

Prata. Na verdade, não era fácil identificar a origem real de grande parte desses caudilhos, pois eram os mesmos os usos, costumes e tradições e profundos os laços culturais, religiosos, étnicos e, até, familiares que confundiam as pessoas dos chefes e habitantes buenos-aireses, orientais, correntinos e entrerrienses, tornando inevitável o choque dos interesses existentes e em ebulição naquela área do Cone Sul, disfarçado a princípio mas, depois, frontal e violento.

Junte-se a esse fato a súbita retirada do admirável estadista, libertador e cidadão latino-americano General José de San Martín (1778-1850)², do cenário político-militar, após a campanha da independência do Peru e teremos uma visualização dos enormes obstáculos a serem superados pelos argentinos, em busca da unidade territorial e da consolidação da sua libertária nacionalidade.

O Uruguai

Fundada em 1724 pelos espanhóis, por volta de 1800, Montevideu era apenas um pequeno e florescente conglomerado de 40 barracões de couro e algumas casas de alvenaria, plantado na margem setentrional do rio da Prata. Ao seu lado, vítima de constantes lutas e destruições, conquistas e retomadas, vegetava a colônia do Sacramento, desde 1680 – quando foi inaugurada pelos portugueses, que se aproveitaram da oportunidade conce-

dida pela Bula Papal de 1676, criando o Bispado do Rio de Janeiro, com jurisdição até aquele rio.

Nasciam, naquele ano, as condições políticas para a concretização do sempre presente propósito português de estender suas terras americanas até o estuário do Prata, o que foi substituído, em meados do século XIV, pelo firme desiderato imperial de impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

Assim, debatia-se a homogeneidade da nação oriental com as permanentes dificuldades encontradas na manutenção da sua independência (foi o último país sul-americano a tornar-se livre; 25 de agosto de 1828), no respeito à integridade do seu território e no reconhecimento de sua soberania, o que só foi conquistado, na realidade, pelo pequeno, jovem e ativo país apenas após integrar a Tríplice Aliança, ao lado dos seus poderosos vizinhos.

O Brasil

As lutas que se desenrolaram no Sul, em torno do rio da Prata, deram ao território brasileiro a forma geométrica de um triângulo de base invertida. As penetrações fluviais, normalmente de grande profundidade, pouca largura e no sentido sul-norte, levadas a cabo pelos espanhóis, em busca do ouro e da prata peruanos, limitaram a progressão adversária no sentido dos paralelos, afunilando-a. Ao norte, porém, as entradas portuguesas aproveita-

ram o caudaloso caminho do rio Amazonas, que indicava, às arremetidas, o sentido leste-oeste.

Resultado: a macrocefalia geográfica do vasto solo brasileiro que as incessantes disputas, o casuísmo dos sucessivos tratados e acordos e as imprevidências ocasionais da cúpula administrativa lusa (criação das Capitânias Hereditárias, divisão da colônia em dois governos, resistência pouco convincente ao conquistador holandês³ etc.) não conseguiram reduzir, graças ao denodo e à pertinácia do nativo e do português comum, ao resguardo representado pela floresta impenetrável e ao inóspito declive andino, que impediram ao irrequieto colonizador castelhano a abordagem da costa atlântica.

Em síntese: se a pouca fortuna material encontrada desiludiu o bandeirante, a ambição do entesouramento – calcada na doutrina mercantilista vigente – e a preta crueldade do índio, foram decisivas para a ocupação efetiva e a definição de quase todo o atual território brasileiro como terras pertencentes à Coroa Portuguesa. Muitas vezes sem o sentir, o caçador do ouro e das pedras preciosas, possuidor do único argumento que o sensibilizava – o arcabuz – e dono de insopitável talento, inexoravelmente – ajudado pela providencial união das duas coroas – revogava os anacrônicos pactos assinados pelos dirigentes das metrópoles e o chefe da Igreja Católica, ao sabor dos interesses eventuais e fincava, firmemente, os alicerces onde se

edificaria a emergente nação brasileira.

O TRATADO

A Bula Papal de 1676 deu a D. Pedro II, de Portugal, a oportunidade de fincar, na barranca setentrional do estuário do Prata, o marco extremo sul do domínio luso em terras americanas. Em 1º de janeiro de 1680, Manuel Lobo fundou a Colônia do Sacramento, iniciando, assim, as incessantes lutas que se prolongariam por quase dois séculos, pois a aceitação daquela base portuguesa às margens do Prata significaria a quebra do monopólio comercial imposto por Madri às suas colônias, privilégio em que se assentava toda a estrutura colonial espanhola. Se Portugal não teve condições político-militares para manter essa conquista territorial, ela proporcionou, por outro lado, o acesso e a consolidação do "Continente do Rio Grande", como parte integrante do solo brasileiro.

Um outro fator político, talvez o de maior peso, que favoreceu a expansão colonial portuguesa na América, foi a união das duas coroas ibéricas (1580-1640) – aliada à incrível intrepidez do bandeirante – ocasião em que os portugueses estenderam os seus limites, com a anuência implícita da poderosa vizinha e ex-rival momentânea. Nessa época, foi fundada a cidade de Belém do Grão-Pará (1616), Pedro Teixeira conquistou o Vale Amazônico (1637)

e Raposo Tavares, percorrendo todo o interior, descobriu acidentes naturais nítidos, onde se assentaria a futura fronteira (1649). Conclusão: quando, em 1750, lusitanos e espanhóis procuraram definir as suas lindes americanas, os primeiros se apresentaram com fatos consumados, isto é, seus marcos, há mais de cem anos, já estavam fixados nas cumeadas das montanhas e nas margens dos principais rios. (Anteriormente, o Tratado da Restauração Portuguesa – 1668 – já havia reconhecido a legitimidade dessa expansão.)

Sob o prisma econômico, desde o início do século XIX que a colônia portuguesa já superava a metrópole – reduzida à condição de mero entreposto comercial – e a sua população, conforme as avaliações censitárias da época (1850), já atingia o total de 8.000.000 de habitantes, sendo dois terços compostos de cidadãos livres (branco, pardos e pretos alforriados).

Com a chegada da Administração imperial ao Brasil e a abertura dos portos (1808), foi incrementado o desenvolvimento da agricultura, da pecuária, do comércio, da imprensa, das artes e, com o advento da indústria e da siderurgia, o Império atravessava um período de relativo progresso, em que pese a instabilidade política representada pela sucessão ininterrupta de crises institucionais, como a da Abdicação do Imperador (7 de abril de 1831), forçada, dentre outras condicionantes, pela intenção de suspender o

tráfico negreiro, demonstrada por D. Pedro I (1798-1834), sob irresistível pressão da Inglaterra, que insistia em efetivar o Tratado Anglo-Brasileiro de 1826.

O Exército exerceu o papel de principal geratriz dos acontecimentos, dando motivos para que o Regime Imperial imediatamente criasse a Guarda Nacional (1831) – subordinando-a ao Ministério da Justiça – a fim de minimizar a sua influência.

A agitação social, entretanto, prosseguiu, atravessando os governos regenciais, atingindo o ápice com o golpe de estado da Maioridade (1840) e finalizando com a repressão violenta da Revolução Praieira (1850-2), quando foi encerrado o ciclo das rebeliões republicanas e populares internas.

Por sua vez, o sempre perseguido e jamais abandonado “determinismo geográfico”, que consistia em estender as fronteiras imperiais até o “limite natural”, consubstanciado nas sucessivas investidas militares sobre o rio da Prata, finalizou com a invasão do Uruguai, em 1º de dezembro de 1864, sob o pretexto de proteger as vidas e as propriedades dos brasileiros residentes naquele país. Contudo, é lícito deduzir que orientava o Império a firme determinação de destruir, no nascedouro, a perigosa aliança Paraguai-Uruguai, firmada em 25 de dezembro de 1850, que, por intermédio das possíveis adesões das províncias nortistas argentinas, ameaçava a segurança do Rio Grande do Sul.

Para isso, o conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895), Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Império junto ao governo oriental, assinou um tratado secreto, em Buenos Aires (10 de agosto de 1864), ao lado do Ministro do Exterior argentino Rufino de Elizalde, que estipulava o direito de ambos os países de intervir militarmente ou arbitrar politicamente, no Uruguai, desde que de comum acordo. Este documento só veio a público em 5 de junho de 1865, no Congresso brasileiro, por intermédio do conselheiro José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco (1819-1880).

No meu modesto trabalho “Sei que morro...”, publicado na **Revista Militar Brasileira**, onde abordo a luta no território matogrossense, chego à seguinte assertiva, após analisar, sem qualquer prevenção, o momento histórico dos primórdios da Guerra do Paraguai:

“Resta concluir que, se a contestação dos paraguaios à posse das terras do sul de Mato Grosso, pelos brasileiros, pode ser considerada como a causa crônica da guerra a travar-se em futuro imediato, entre as nações do Cone Sul do subcontinente americano, a invasão do Uruguai pelo Império, sem dúvida, foi a sua causa aguda.”

Acrescente-se que, sem a expedição armada brasileira de 1864/5, simplesmente não existiria a Tríplice Aliança, haja vista que o Governo Aguirre era aliado de Lopez, e Mitre, diante da ins-

tabilidade política do seu país, vacilava em tomar atitudes firmes. Assim, morreria no nascedouro o almejado acordo que, a duras penas, daria condições de sopitar os impulsos agressivos e os sonhos visionários do Presidente paraguaio, no sentido de tornar realidade a sua utópica "Pátria Grande" constituída dos territórios do Paraguai, das províncias nortistas argentinas, do Uruguai, do sul de Mato Grosso e das Missões brasileiras.

Agora, focalizemos especificamente os acontecimentos que conduziram à assinatura do Tratado de 1º de maio de 1865 – A Tríplice Aliança:

Em 19 de abril de 1863, o caudilho Venâncio Flores (1809-1868), apoiado dissimuladamente por Bartolomeu Mitre (1821-1906) e Pedro II (1825-1891), invadiu o seu país, vindo da Argentina, dando início à rebelião armada contra o governo **blanco** de Atanásio Cruz Aguirre (1804-1875) e plantando a semente que iria vicejar no convênio que uniria os três países contra o regime de Francisco Solano Lopez (1826-1870).

Segredo, a princípio, o Tratado da Tríplice Aliança só foi do conhecimento público através da indiscrição de um dos seus signatários, o diplomata uruguaio Carlos de Castro, já no ano de 1866 e revelada pelo Parlamento britânico; no entanto, os contatos pessoais entre os representantes dos três países – conselheiro Saraiva, pelo Brasil, ministro Rufino de Elizalde, em nome da Argentina, e general Flores – aconteciam

desde a intensificação da profunda crise político-militar em que estava mergulhado o Estado Oriental, inclusive em Puntas del Rosário (Uruguai), em 18 de junho de 1864, onde, aparentemente, foi esboçado, na presença do embaixador da Inglaterra Edward Thornton, que representava os interesses da então primeira potência mundial junto aos países platinos.⁴

O Tratado da Tríplice Aliança propriamente dita começou a ser discutido em 20 de abril de 1865, sendo assinado em 1º de maio de 1865, isto é, depois de Lopez declarar o estado de beligerância com o Brasil (12 de novembro de 1864) e com a Argentina (29 de março de 1865, efetivando resolução do Congresso Nacional de 18 de março do mesmo ano)⁵, acompanhado de Protocolo, igualmente secreto, que dispunha sobre o espólio de guerra, enquanto a diáspora paraguaia, estabelecida principalmente em Buenos Aires, exultava de satisfação. (Da mesma data, consta o Plano de Operações dos Aliados. Entre o que foi escrito nesse plano e o que foi executado, é grande a dicotomia, pois a realidade ultrapassou, em muito, a previsão de nossos estrategistas.)

Abaixo, transcrevo o Tratado, na íntegra, para conhecimento e estudo dos leitores:

"Tratado de Tríplice Aliança, celebrado no 1º de maio de 1865, entre o Império do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai:

O governo de Sua Majestade o Im-

perador do Brasil, o governo da República Argentina e o governo da República Oriental do Uruguai;

Os dois primeiros em guerra com o governo da República do Paraguai, por lhe ter este declarado de fato, e o terceiro em estado de hostilidade e vendo ameaçada a sua segurança interna pelo dito governo, o qual violou a fé pública, tratados solenes e os usos internacionais das nações civilizadas e cometeu atos injustificáveis, depois de haver perturbado as relações com seus vizinhos pelos maiores abusos e atentados;

Persuadidos de que a paz, segurança e prosperidade de suas respectivas nações se tornam impossíveis, enquanto existir o atual governo do Paraguai e que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desaparecer aquele governo, respeitando-se a soberania, independência e integridade territorial da República do Paraguai;

Resolveram com esta intenção celebrar um tratado de aliança ofensiva e defensiva e, para esse fim, nomearam seus plenipotenciários, a saber:

Sua Majestade o Imperador do Brasil ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Otaviano de Almeida Rosa, do seu Conselho, Deputado à Assembléia Geral Legislativa e Oficial da Imperial Ordem da Rosa;

S. Ex.^a o Presidente da República Argentina ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Dom Rufino de Elizalde, seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros;

S. Ex.^a o Governador Provisório da República Oriental do Uruguai ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Dom Carlos de Castro, seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros;

Os quais, depois de terem trocado seus respectivos poderes, que foram achados em boa e devida ordem, concordaram no seguinte:

Art. 1.^o Sua Majestade o Imperador do Brasil, a República Argentina e a República Oriental do Uruguai, se unem em

aliança ofensiva e defensiva na guerra promovida pelo Governo do Paraguai.

Art. 2.^o Os aliados concorrerão com todos os meios de guerra de que possam dispor, em terra ou nos rios, como julgarem necessário.

Art. 3.^o Devendo começar as operações da guerra no território da República Argentina ou na parte do território paraguaio que é limítrofe com aquele, o comando-em-chefe e direção dos exércitos aliados ficam confiados ao Presidente da mesma República, General-em-Chefe do Exército Argentino, Brigadeiro-Coronel D. Bartolomeu Mitre.

Embora as partes contratantes estejam convencidas de que não mudará o terreno das operações da guerra, todavia, para salvar os direitos soberanos das três nações, firmam desde já o princípio da reciprocidade para o comando em chefe, caso as ditas operações se houverem de transpassar para o território brasileiro ou oriental.

As forças marítimas dos aliados ficarão sob o imediato comando do Vice-Almirante Visconde de Tamandaré, Comandante-Chefe da Esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil.

As forças terrestres de Sua Majestade o Imperador do Brasil formarão um exército debaixo das imediatas ordens do seu General-em-Chefe Brigadeiro Manuel Luís Osório.

As forças terrestres da República Oriental do Uruguai, uma divisão das forças brasileiras e outra das forças argentinas, que designarem seus respectivos chefes superiores, formarão um exército às ordens imediatas do Governador Provisório da República Oriental do Uruguai, Brigadeiro-General D. Venâncio Flores.

Art. 4.^o A ordem e a economia militar dos exércitos aliados dependerão unicamente de seus próprios chefes.

As despesas de soldo, subsistência, munições de guerra, armamento, vestuário e meios de mobilização das tropas

aliadas serão feitas à custa dos respectivos Estados.

Art. 5º As altas partes contratantes prestar-se-ão mutuamente, em caso de necessidade, todos os auxílios ou elementos de guerra que disponham, na forma que ajustarem.

Art. 6º Os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo de todos.

Art. 7º Não sendo a guerra contra o povo do Paraguai e sim contra o seu governo, os aliados poderão admitir, em uma legião paraguaia, os cidadãos dessa nacionalidade que queiram concorrer para derribar o dito governo e lhes darão os elementos necessários, na forma e com as condições que ajustarem.

Art. 8º Os aliados se obrigam a respeitar a independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai. Em consequência, o povo paraguaio poderá escolher o governo e instituições que lhe aprovarem, não podendo incorporar-se a nenhum dos aliados nem pedir o seu protetorado como consequência dessa guerra.

Art. 9º A independência, soberania e integridade da República do Paraguai estão garantidas coletivamente, de acordo com o artigo antecedente, pelas altas partes contratantes, durante o período de cinco anos.

Art. 10. Concorram entre si as partes contratantes que as franquias, privilégios ou concessões que obtenham do governo do Paraguai hão de ser comuns a todos eles, gratuitamente, se forem gratuitos, ou com a

mesma compensação ou equivalência se forem condicionais.

Art. 11. Derribado o atual governo da República do Paraguai, os aliados farão os ajustes necessários, com a autoridade que ali se constituir, para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e do Paraguai, de sorte que os regulamentos ou leis daquela República não possam estorvar, entorpecer ou onerar o trânsito e a navegação direta dos navios mercantes e de guerra dos Estados aliados, dirigindo-se para seus territórios respectivos ou para território que não pertença ao Paraguai; e tomarão as garantias convenientes para efetividade daqueles ajustes sob a base de que os regulamentos de polícia fluvial, quer para aqueles dois rios, quer para o rio Uruguai, serão feitos de comum acordo entre os aliados e dos demais ribeirinhos que, dentro do prazo que ajustarem os ditos aliados, aderirem ao convite que lhes será dirigido.

Art. 12. Os aliados reservam-se combinar entre si os meios adequados à condução da paz com a República do Paraguai, depois de derrubado o atual governo.

Art. 13. Os aliados nomearão oportunamente os plenipotenciários para a celebração dos ajustes, convenções ou tratados que se tenham de fazer com o governo que se estabelecer no Paraguai.

Art. 14. Os aliados exigirão desse governo o pagamento das despesas de guerra que se viram obrigados a aceitar, bem como reparação e indenização dos danos e prejuízos às suas propriedades públicas e particulares e às pessoas de seus cidadãos, sem expressa declaração de guerra; e dos danos e prejuízos verificados posteriormente com violação dos princípios que regem o direito da guerra.

A República Oriental do Uruguai exigirá também uma indenização pro-

porcional aos danos e prejuízos que lhe causa o governo do Paraguai pela guerra que se obriga a entrar para defender sua segurança ameaçada por aquele governo.

Art. 15. Em uma convenção especial se marcará o modo e forma de liquidar e pagar a dívida procedente das causas mencionadas.

Art. 16. Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limite, fica estabelecido que os aliados exigirão do governo do Paraguai que celebre, com os respectivos governos, tratados definitivos de limites sob as seguintes bases:

O Império do Brasil se dividirá da República do Paraguai:

Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Mouchez, é o Igureí, e da Foz do Igureí e por ele acima a procurar as suas nascentes;

Do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo rio Apa, desde a foz até às suas nascentes;

No interior, pelo cume da serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste, do Brasil e as de oeste, do Paraguai e tirando-se da mesma serra linhas, as mais retas, em direção às nascentes do Apa e do Igureí.

A República Argentina será dividida do Paraguai pelos rios Paraná e Paraguai, a encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguai e Baía Negra.

Art. 17. Os aliados se garantem reciprocamente o fiel cumprimento dos convênios, ajustes e tratados que se devem celebrar com o governo que se tem de estabelecer na República do Paraguai, em virtude do que foi concordado no presente tratado de aliança, o qual ficará sempre em toda sua força e vigor para o fim de que estas estipulações sejam respeitadas e exe-

cutadas pela República do Paraguai.

Para conseguir esse resultado, concordam que, no caso em que uma das altas partes contratantes não possa obter do governo do Paraguai o cumprimento do ajustado, ou no caso em que este governo tente anular as estipulações ajustadas com os aliados, os outros empregarão ativamente seus esforços para fazê-las respeitar.

Se estes esforços forem inúteis, os aliados concorrerão com todos os seus meios para fazer efetiva a execução daquelas estipulações.

Art. 18. Esse tratado se conservará secreto até que se consiga o fim principal da aliança.

Art. 19. As estipulações desse tratado, que não dependem do poder legislativo para serem ratificadas, começarão a vigorar desde que seja aprovado pelos governos respectivos e as outras desde a troca das ratificações, que terá lugar dentro do prazo de quarenta dias, contados da data do mesmo tratado, ou antes, se for possível, o que se fará na cidade de Buenos Aires.

Em testemunho do que nós, abaixo assinados, plenipotenciários de Sua Majestade o Imperador do Brasil, de S. Ex^a o Sr. Presidente da República Argentina e de S. Ex^a o Sr. Governador Provisório da República Oriental do Uruguai, em virtude de nossos poderes, assinamos o presente tratado e lhe fizemos por nossos selos.

Cidade de Buenos Aires, 1^o de maio do ano do nascimento de Nosso Senhor, de 1865.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa
Rufino de Elizalde
Carlos de Castro"

A ESTRATÉGIA

Eufórico com o sucesso da

expedição a Mato Grosso, o Marechal Lopez pretendia repeti-lo no Sul. Para isso, furioso com a negativa do Presidente Mitre em permitir o livre trânsito de suas tropas através do território argentino, ao mesmo tempo em que concedia liberdade de ação a Tamandaré para bloquear o estuário do Prata, concebeu manobra do ataque simultâneo à Argentina e ao Brasil, o que, como todas as suas manobras, era uma operação original, fantasiosa e extremamente ousada, porquanto não levava em consideração o efetivo do inimigo, as distâncias e a topografia do terreno, não previa uma Linha de Ação alternativa e ignorava os princípios fundamentais da arte da guerra, existentes desde Frederico II e Gustavo Adolfo. (Nos próximos capítulos estudaremos essa ação com mais detalhes.) (Fig. 2.)

A despeito do seu despreparo para conduzir operações de vulto, era "El Mariscal" possuidor de grande poder de recuperação, incomum capacidade de organização, agressividade, carisma, desenvolvido espírito de iniciativa, facilidade de expressão, vigor físico e férrea obstinação, o que o levou a cometer seguidos desastres, como o de San Fernando, ocasião em que fez fuzilar, lancar ou açoitar barbaramente todos aqueles que julgava anteporem-se aos seus desígnios, inclusive parentes consanguíneos.

Em 1853, aos 27 anos de idade, fora enviado à Europa por seu pai, onde permaneceu dois anos, a fim de ratificar convênios co-

merciais com a Inglaterra, a França e a Itália e aproveitou o tempo disponível para realizar alegre vilegiatura por diversos países; porém, mantinha Paris como sua residência fixa, deslumbrado com o fulgor da corte de Napoleão III (1808-1873), sobrinho de Bonaparte que, por questões dinásticas - a Família Imperial brasileira ligava-se à Casa de Bourbon, rival da Família Imperial francesa, no poder - e por disputas hegemônicas com a Inglaterra, em cuja zona de influência se situava o Império, prestigiava o notório adversário do Brasil, em todas as oportunidades, já que não dispunha de meios mais eficazes para apoiá-lo. Durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, a França, a braços com uma desastrosa expedição colonialista no México - 1862/7 - precursora de sua queda diante da Alemanha, em 1870, contentou-se com a neutralidade.

Na fascinante capital francesa, o então General Lopez conheceu, na estação Saint Lazare, uma jovem senhora de 18 anos, desquitada, a ruiva e bela irlandesa Elisa Alice Lynch (1835-1886), que o acompanhou fielmente até seus últimos momentos, em Cerro Corá (1º de março de 1870). No entanto, a par das diversões, festas e paradas militares, Lopez adquiriu na Inglaterra a moderna belonave **Tacuari** e contratou grande número de técnicos: engenheiros, arquitetos, professores, médicos, matemáticos e instrutores militares, que seriam de grande utilidade na guerra de 1864-70.



Figura 2 – Área em que se travou o mais longo, cruento e oneroso conflito do continente sul-americano (1864-1870). As imprecisões dos limites entre as nações, o choque de interesses políticos incontornáveis, o antagonismo econômico e social herdado dos colonizadores ibéricos e o fatalismo geográfico e histórico representado pelas lutas entre os bandeirantes e os jesuítas podem ser enumerados como fatores preponderantes que conduziram à guerra. A invasão da Banda Oriental pelo Império do Brasil precipitou os acontecimentos.

Não obstante o isolamento espontâneo, dos tempos do ditador José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840), "El Supremo", o Paraguai era um país em franco desenvolvimento econômico, possuindo ferrovia (Assunção - Vila Rica), adiantado artesanato, telégrafo, estaleiros, imprensa, escolas, fundições e arsenais e, a partir da administração Carlos Antônio Lopes, iniciara um promissor comércio de trocas com as principais potências européias em que fornecia erva-mate, tabaco, couro, madeira, laranja e recebia máquinas-ferramenta e produtos manufaturados; a nação guarani era bem alimentada, totalmente alfabetizada e extremadamente patriota, inspirando-a uma permanente aspiração de recuperar territórios que já lhe pertenceram e uma acentuada sensibilidade para o que pudesse afetar a sua soberania. Assentado nesses fatores aqui enumerados é que o Paraguai conseguiu combater por mais de cinco anos, sem importar sequer uma carabina, uma túnica, ou uma granada e - pasmem os leitores! - sem negociar qualquer empréstimo financeiro em bancos internacionais, sendo que, ao findar a guerra, a sua dívida externa era igual a zero.

Ainda assim, a verdade é que todas as condicionantes exigidas para o êxito em uma campanha militar eram desfavoráveis aos paraguaios, tais como a inferioridade numérica, a obsolescência e a escassez da Artilharia, os equívocos gritantes cometidos pelo alto escalão de comando (empregando

as tropas em direções táticas divergentes), o isolamento causado pela falta de apoio das grandes potências mundiais, a perda da oportunidade do ataque, a carência de armamento, munição e suprimento de toda a ordem etc., sem contar os aspectos fisiográficos do Teatro da Guerra que reclamavam o domínio das vias fluviais (perdido definitivamente na Batalha do Riachuelo), pois as ações de combate normalmente teriam as características das que hoje são chamadas de Operações Ribeirinhas (o golpe-de-mão de Paunero, a que nos referiremos posteriormente, confirma a assertiva de que a guerra estaria perdida sem a supremacia naval).

Outra constatação que nos deixa perplexos é a de que Lopez deflagrou as hostilidades sem traçar um único plano, sem rabiscar um mísero pedaço de papel, além das cartas pessoais aos chefes subordinados. Quais eram as suas instruções e diretrizes? Quais os objetivos impostos, as direções de ataque preconizadas, as medidas de controle para o acompanhamento das operações, a composição dos meios e - o que é impressionante - a definição da **missão**? O que pretendia realmente ao lançar a Coluna Robles na direção do Sul? Buscava o apoio de Urquiza e a ajuda a um hipotético levante popular favorável? Qual a missão dada a Estigarribia, pois se este não devia transpor o rio Ibicuí, para que invadir o Brasil? Por que permitiu que Paunero reforçasse Flores, quando poderia pelo menos aferrá-lo ao terreno,

com Resquin (imobilizado por ordem sua, perto do porto de Goya), entregando primeiro Duarte e depois Estigarribia aos seus próprios destinos? Por que jogou a sorte da sua Armada – que sabia ser claramente inferior em material flutuante, calibre da Artilharia e adestramento do pessoal, à esquadra brasileira – em uma única cartada, quando a prudência recomendava economizá-la para emprego em ações conjuntas futuras? Por que permaneceu fisicamente em Assunção, a mais de 500 quilômetros de distância do centro da decisão, uma vez que a sua presença era indispensável, na direção das ações? (Lopez só comandou pessoalmente a partir das batalhas de Lomas Valentinas: 21 e 27 de dezembro de 1868.) (Fig. 3.)

Tudo o que nos resta fazer são elucubrações táticas, deduções lógicas e análises dos depoimentos de testemunhas das ocorrências pois o Marechal Lopez não deixou sequer um documento escrito sobre o que tencionava executar. É fato apenas que, num lampejo de lucidez, proibiu a Estigarribia que acantonasse dentro das localidades, evitando, desse modo, o cerco pelos brasileiros. Foi desobedecido.⁷

Continuemos. Se do lado paraguaio não existiam planos de operações, do lado dos aliados eles se multiplicavam. Sabemos da existência de um deles, anexo ao acordo de 1º de maio, que, em se tratando de um planejamento ofensivo, não pôde ser empregado, pois, sabidamente, os aliados

foram obrigados a guardar atitude defensiva, no início das hostilidades. Redigido de modo impreciso, não define o itinerário dos Generais Osório e Flores em território argentino, mas prevê a fortaleza de Humaitá como o objetivo decisivo, o rio Paraná como a única via de acesso capaz de golpear o inimigo no “foco do seu poder”, a escolha da Província de Corrientes como base de partida, a reunião de um grupamento na área de Itapua “unicamente para chamar a atenção do inimigo” e um ataque secundário na direção geral Mato Grosso – Assunção, sob a responsabilidade das forças brasileiras. Era firmado pelo Conselho de Guerra composto por Mitre, Flores, Urquiza, Tamandaré e Osório.

Após a vitória de Uruguaiana, surgiu outro plano, assinado apenas pelo intelectual Bartolomeu Mitre e datado de 21 de setembro de 1865, onde é definido que todas as operações militares deviam voltar-se para Resquin, que o corpo de exército do legendário General Manuel Luís Osório. Marquês do Erval (1808-1879), Patrono da Cavalaria, ainda não empregado, deveria entrar imediatamente em ação, que fosse organizado “um exército de observação ou de reserva”, na Província do Rio Grande do Sul (recomendação desnecessária, pois já existia o 2º Corpo-de-Exército brasileiro, ao comando do conde de Porto Alegre) e dava instruções para o comandante dessa reserva.

Graças à incessante atividade

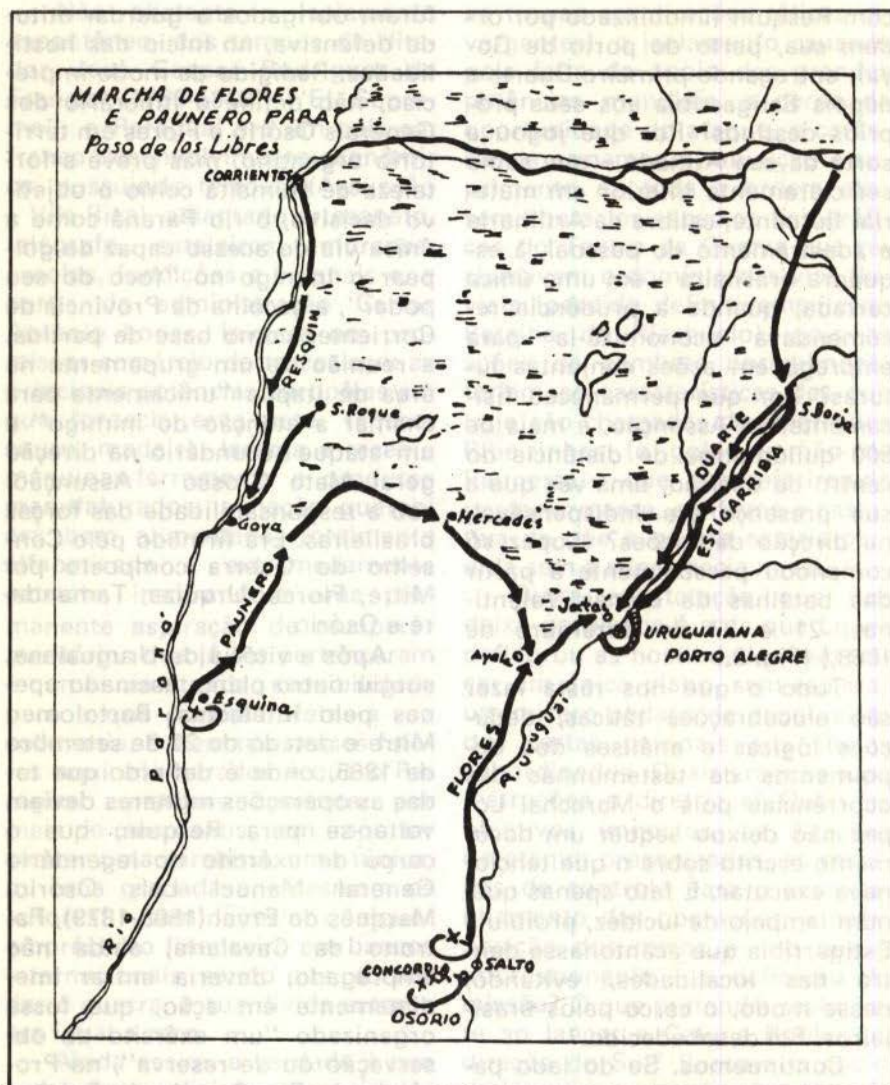


Figura 3 – Eis o itinerário seguido por Flores, em direção a Uruguaiiana. Mitre reforçou-o, oportunamente, com Paunero, destruindo as forças de Duarte em Jataí (17 de agosto de 1865) – primeira derrota campal paraguaia, na guerra – encurralando Estigarribia, que já se encontrava em má situação, cercado pelo Conde de Porto Alegre. Lopez permitiu a manobra vitoriosa dos aliados, sopitando Resquin e deixando livre o trânsito para Paunero. Por sua vez, Osório permaneceu em Concórdia, comandando a reserva estratégica dos aliados, o 1º Corpo-de-Exército Brasileiro.

do Almirante Tamandaré em Buenos Aires, mesmo antes da concretização do Tratado da Tríplice Aliança, o presidente Mitre já havia concordado com um plano de campanha em que eram estabelecidas normas para o deslocamento do General Osório de Montevideu para Dayman (ROU) – o bravo brigadeiro Antônio de Sampaio (1810-1866), atual Patrono da Arma de Infantaria, comandava sua vanguarda – ficando em condições de transpor o rio Uruguai, para a Argentina, mediante ordem (carta do Ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana – 1812-1867 – a Osório, de 8 de abril de 1865).

Além desses planos mencionados acima, há mais três, que abordaremos por ordem cronológica:

O primeiro foi elaborado por um civil, o conselheiro José Antônio de Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente (1803-1878) e é datado de 3 de janeiro de 1865. Emérito cidadão brasileiro, culto e respeitado, fora ministro do Brasil, no Paraguai e Presidente das Províncias de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, sendo, portanto, profundo conhecedor do Teatro da Guerra (ele foi o signatário, pelo Brasil, do Tratado de Paz de 1872, com a Argentina, que ratificou o de 9 de janeiro, do mesmo ano, entre o Brasil e o Paraguai). Em 3 de fevereiro de 1876, finalmente, Paraguai e Argentina celebraram a paz definitiva, que foi complementada pelo laudo arbitral do Presidente dos Estados

Unidos Rutherford B. Hayes, de 12 de novembro de 1878. O acordo de 21 de maio de 1927 encerrou o problema das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai). O seu plano é detalhado, extenso, inteligente e visa à reconquista de Mato Grosso, com prioridade e, aparentemente, é a base dos demais. Estuda o terreno, a personalidade do Presidente Lopez, a situação política após a vitória final, a estratégia a ser empregada, a fortaleza de Humaitá, as direções táticas de atuação fluvial e terrestre, os efetivos a serem engajados e estima a população guarani em 500.000 almas, no máximo. É óbvio que a linguagem utilizada não é caracteristicamente militar, mas, exorcizado das impropriedades e divagações desnecessárias, é uma peça de inestimável valor histórico.

O segundo traçou-o o Marechal Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias (1803-1880), membro de uma ilustre família de militares e futuro duque, Patrono do Exército Brasileiro, a pedido do Ministro da Guerra, Marechal Dr. Henrique Beaurepaire Rohan, o Visconde de Beaurepaire Rohan (1812-1894), afilhado do Imperador. Causa espécie a evidência de que a grande maioria dos Ministros da Guerra, durante o período crítico que antecedeu e por ocasião do conflito, eram civis ou engenheiros militares (todos, sem exceção, cidadãos notáveis do Império), quando a situação exigia, na direção da política da guerra, militares profissionais ex-

perientes e capazes que, aliás, eram de fácil identificação no quadro de oficiais superiores do Exército.

Governava o país um gabinete liberal e Caxias, como tradicional filiado ao Partido Conservador, estava afastado das decisões nacionais, fazendo oposição, no Senado do Império. Só mais tarde, após Curupaiti, ocasião em que a Tríplíce Aliança quase foi dissolvida, é que o ínclito soldado-estadista foi convocado para restabelecer a ordem, nas fileiras aliadas. O duque foi um desses raros líderes que, verdadeiramente, fazem a História: ao chegar na frente de batalha, reestruturou o exército aliado (leia-se brasileiro) que, por suas próprias deficiências e vulnerabilidade e não por interferência do inimigo – que se encontrava militarmente derrotado – sentia-se sem ânimo para o prosseguimento das ações ofensivas, e levou-o, com firmeza, à célebre e vitoriosa manobra do Piquissiri, quando deu por encerrada a sua missão e recolheu-se à cidade do Rio de Janeiro, haja vista que as tropas de Solano Lopez foram submergidas, ficando reduzidas às operações de guerrilhas. Assim se refere o General Tasso Fragozo ao plano de Caxias:

“O pensamento do nosso general é assaz precioso e exposto com absoluta nitidez. O Exército brasileiro invadirá o Paraguai em três colunas:

A principal irá pelo Passo da Pátria, no Paraná, pela estrada mais próxima e paralela ao rio Paraguai:

1º objetivo – Humaitá.

2º objetivo – Assunção.

A operação desta coluna deverá ser feita de acordo com a esquadra que subir o rio Paraguai.

A segunda partirá de Mato Grosso, será formada das tropas que ali se acham (4.000 homens) e de um destacamento de 6.000 homens que as irá reforçar saindo de São Paulo. Esta segunda coluna operará por Miranda, para proteger as cavalhadas e gados da região e aliviar a resistência oposta à coluna que invadir por Humaitá; só atravessará o rio Apa para o sul, quando receber ordens para isso do comandante desta última.

A terceira coluna, formada pelas forças que guarnecem a fronteira de São Borja, invadirá pelo lado de S. Cosme, Itapua ou S. Carlos. Sua missão será proteger o flanco direito da primeira, quer impedindo que o inimigo lhe perturbe a retirada em caso de revés no ataque a Humaitá, quer para obstar a que esse mesmo inimigo traga novos reforços aos defensores desse ponto, enquanto estiver acometido pela sobredita primeira coluna. Caxias pretende resumir o papel da terceira coluna com esta frase: deve chamar a atenção do inimigo pelo lado de S. Cosme, Itapua ou S. Carlos. Preste-lhe o leitor bastante atenção, pois a veremos surgir mais tarde na conferência de Buenos Aires.”

E prossegue o mestre:

“Antes de iniciar a guerra tínhamos, pois, dois planos de operações não-oficiais: um elaborado

por um general distinto, cujo saber profissional se havia forjado no tirocínio da própria guerra; outro fruto da inteligência esclarecida de um civil, conhecedor profundo do Brasil e do Paraguai, e cuja visão militar não pode deixar de surpreender quantos o lerem com a tolerância que reclama a redação de um homem completamente estranho à carreira das armas.

Os dois planos são contemporâneos e há neles idéias perfeitamente comuns. Ambos concebem um ataque principal pelo sul, tendo como primeiro objetivo Humaitá e depois Assunção, e um ataque secundário, ou uma diversão, pelo norte, partindo de Mato Grosso. Caxias reclama ainda uma terceira coluna, que, rompendo de São Borja, invada por S. Cosme, Itapua ou S. Carlos."

.....
 "Quando se conhecem estes antecedentes, de janeiro de 1865, e depois se lê o plano firmado em Buenos Aires, no dia 1º de maio do mesmo ano, isto é, cerca de cinco meses depois, não se pode deixar de reconhecer que este último não é mais que o plano de Caxias, formulado agora em linguagem confusa e inadmissível em documentos dessa natureza. Pode essa coincidência ter sido meramente fortuita, mas também ocasionada pelo fato de Osório e Tamandaré, já inteirados do plano brasileiro, o haverem proposto na primeira junta dos aliados.

Releva, todavia, salientar uma circunstância particular. Quando Caxias e Pimenta Bueno punham

por escrito as suas idéias, ainda a República Argentina estava neutra no conflito entre o Brasil e o Paraguai; apesar disso, esses dois brasileiros formulam um plano de operações em que teríamos forçosamente de passar pelo território daquela República. Por quê? Não sei explicá-lo. Talvez na certeza de que Lopez, pelos preparativos que estava fazendo na fronteira de Corrientes, acabasse invadindo esta província, ou então na esperança, aliás injustificável, de que a Argentina desse trânsito livre às nossas colunas."

O plano exposto pelo Marquês de Tamandaré, em ofício datado de 3 de março de 1865, endereçado ao Ministro da Marinha, completa o quadro do pensamento teórico-militar brasileiro a respeito do próximo conflito e que pode ser assim resumido (ainda Frágoso):

"a) transportar, por via fluvial, o exército brasileiro de Montevideu para um ponto 15 milhas abaixo de Humaitá e criar aí uma cabeça-de-ponte, organizando convenientemente o terreno. Efetuar o bloqueio apoiado na tropa e ao mesmo tempo protegê-la de flanco. Marchar depois, na ocasião oportuna, contra Humaitá — primeiro objetivo. Esta coluna, que se poderia chamar do sul, numeraria uns trinta mil homens;

b) simultaneamente com ela, invadir pelo norte com uma outra de uns vinte mil homens;

c) formar um corpo de observação em São Borja, que ameaçasse uma invasão a partir daí e

obrigasse o inimigo a ter força numerosa em São Tomé."

Atente o leitor que esse documento é, em essência, idêntico ao que o então Marquês de Caxias havia formulado no fim do mês de janeiro. O General Flammarión faz um estudo comparativo dos planos existentes de forma bastante objetiva (Quadro 1). Nota-se que todos eles prevêem uma ação secundária partindo de Mato Grosso, operação que a gloriosa Retirada de Laguna, tempos depois, provaria ser inviável.

Feita essa rápida análise sobre o planejamento estratégico militar brasileiro, com a finalidade de fazer rosto, exitosamente, ao poderoso exército do Marechal Lopez – certamente o que de melhor poderia ser previsto, guardando as limitações doutrinárias em vigor – cabe aqui tecer um sintético comentário a respeito do Tratado da Tríplice Aliança, mostrado por inteiro no título anterior e origem de todas as incompreensões, intolerâncias e cobiças, tanto na execução das operações de combate, quanto por ocasião da assinatura do Tratado de Paz, ao findar a exaustiva guerra. Nesse instante, periclitaram as relações amistosas entre os dois principais vencedores que ameaçou, inclusive, destruir o almejado equilíbrio geopolítico na bacia do Prata, devido à intransigência da Argentina (que argumentava com a extemporânea "Doutrina Varela"), como represália à paz em separado celebrada pelo Brasil com o Paraguai.

Vejamos, em resumo, algu-

mas incoerências do acordo de 1º de maio de 1865, que pela sua comprovada inexecutabilidade, consultando muito mais a situação política vigente e os interesses casuísticos, em detrimento dos fatores estratégicos globais, representou, inegavelmente, um engano diplomático brasileiro, no seu afã de assegurar o apoio argentino na campanha planejada contra o governo do Presidente Lopez:

- independência dos comandos terrestres e naval, em uma guerra em que era primordial a execução das operações combinadas, quando a unidade de comando – indispensável em qualquer situação de combate – tornar-se vital, por força da sua complexidade;

- não se ter constituído um Estado-Maior ou, ao menos, um Conselho de Guerra permanente, para assessorar o Comandante-em-Chefe formal, em uma campanha longa, onerosa, cruenta e que aliava, circunstancialmente, povos que tinham sido rivais em passado recente;

- o fato do General Mitre acumular o Comando-Geral com o Comando do Exército Argentino prejudicando a manobra do exército aliado como um todo, além de ser humanamente impossível o exercício dessas funções, simultaneamente;

- contradição nas questões das divisas lindeiras, pois previa, inexplicavelmente, o aumento territorial da Argentina até a Baía Negra, passando o Império a limitar-se com aquele país também

ELEMENTOS PARA COMPARAÇÃO DOS PLANOS

Planos de Campanha	ELEMENTOS DA MANOBRA				
	Atitude	Objetivos	Repartição dos Meios	Execução	Coordenação
Pimenta Bueno (2 jan 865)	Ofensiva (42.000 homens)	Humaitá Assunção ou Villa Rica	Ação principal da Direção Passo da Pátria-Assunção ou Villa Rica (32.000) Ação secundária na Direção Apa-Ipané-Jejuí (10.000 homens).	Duas hipóteses na ação principal. Ação secundária mal definida.	Não prevista.
Caxias (25 jan 865)	Ofensiva (50.000 homens)	Humaitá Assunção	Ação frontal na Direção Passo da Pátria-Humaitá-Assunção (25.000 homens). Ação envolvente na Direção Miranda-Apa-Objetivo a designar (10.000 homens). Ação de fixação na direção São Borja-São Cosme ou São Borja-Itapua (10.000 homens). Reserva Rio de Janeiro ou Santa Catarina (5.000 homens).	1ª fase: conquista de Humaitá e limpeza do Sul de Mato Grosso. 2ª fase: conquista de Assunção mediante ações combinadas, partindo do sul do Norte.	Mediante ordem para ação secundária.
Tamandaré (3 mar 865)	Ofensiva (mais de 50.000) homens	Passo da Pátria Humaitá	Ação frontal na direção Passo da Pátria-Humaitá. Assunção (30.000 homens). Ação envolvente na direção Apa-Assunção (20.000 homens). Ação de fixação face a São Thomé (indeterminado).	1ª fase: conquistada a cabeceira-de-ponte ao norte do Paraná.	Mal definida.
Tríplice Aliança (1º mai 865)	Ofensiva	Humaitá	Ação frontal na direção Passo da Pátria-Humaitá (efetivo indefinido). Ação de cobertura na direção São Thomé-Candelária. Ação de cooperação em Mato Grosso (isolada).	2ª fase: conquista de Humaitá e invasão pelo Norte. Conquista de Assunção. Conquista de Humaitá e expulsão do inimigo de Mato Grosso (a cargo do Brasil).	Mal definida.

Quadro 1 — Ali estão os planos estratégicos dos aliados, retratando a maneira pela qual pretendiam desencadear as operações contra o governo de Solano Lopez (a eles pode ser acrescentado um 5º planejamento elaborado pelo General Mitre, após a capitulação de Uruguaiana). Observa-se que em todos eles é previsto um ataque secundário na direção geral Mato Grosso-Assunção, ação essa que a gloriosa Retirada de Laguna comprovou ser inexecutável. Paralelamente, refletindo o excessivo otimismo que grassava na cúpula dirigente aliada, a grande maioria desses planos previa a conquista de Assunção após três meses de hostilidades, hipótese que se mostrou impraticável, como sabemos. Por seu lado, o Marechal Solano Lopez conduziu a guerra, durante mais de cinco anos, sem traçar um único documento castrense. (Esta excelente comparação é de autoria do saudoso mestre Gen. Flammarión Barreto Lima).

em Mato Grosso, ao arripio dos interesses brasileiros. Desse modo, os argentinos receberiam, graciosamente, o Chaco Boreal, que nunca lhes pertencera, ficando o solo paraguaio adstrito às terras situadas a leste do rio Paraguai e, o que é pior, realizando essa expansão à custa de uma nação não-beligerante, a Bolívia.

O DESENLAÇE

O convênio de 20 de fevereiro de 1865, firmado pelo Visconde do Rio Branco, Embaixador Plenipotenciário do Império, valeu-lhe a demissão sumária, pelo monarca brasileiro, mas – desferindo vigoroso golpe nos planos do ditador Lopez – evitou o ataque a Montevideu (de consequências imprevisíveis), conduziu Flores ao poder (como Governador Provisório) e propiciou indenização financeira ao Brasil, permitindo a esse país, ainda, voltar-se com todos os seus meios frente ao Paraguai, que já havia conquistado quase todo o território hoje pertencente ao novo Estado de Mato Grosso do Sul. Substituiu o visconde o conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1824-1889), que chegou a Montevideu a 1º de abril e a quem coube a responsabilidade de assinar o “Tratado da Tríplíce Aliança”, enquanto Tamandaré era confirmado nas funções de General-em-Chefe de todas as forças brasileiras no Prata, ocasião em que elaborou o plano de operações exposto no capítulo anterior – 3 de

março de 1865. Mais tarde, pelo Tratado de 1º de Maio, o almirante brasileiro perdia essa condição de chefe supremo, mas ganhava a de “chefe independente”, posição estranha, causadora de sérios desentendimentos entre os líderes militares aliados.⁸

Logo que o Marechal Lopez efetivou os seus protestos contra a invasão do Uruguai (30 de agosto e 15 de setembro de 1864), nosso ministro em Buenos Aires Dr. Filipe José Ferreira Leal concertou, com o Ministro Elizalde, um protocolo (outubro de 1864), verdadeiro embrião do “Tratado da Tríplíce Aliança”, pelo qual a Argentina se comprometia a repelir qualquer violação do seu território, pelo Paraguai, para isso associando-se ao Brasil, caso necessário.

As crises nas relações externas e as intrigas diplomáticas fervilhavam no Cone Sul, desde o início do século XIX, mas intensificou-se, sobremodo, ao iniciar-se a década de sessenta. Para que o leitor faça uma idéia dos acontecimentos, transcrevo abaixo um trecho bastante elucidativo de um trabalho do saudoso General Flamarion Barreto Lima, citado na bibliografia.

“Em 3 de março de 1863, sendo Herrera ministro do Exterior do Uruguai, enviou Otavio Lapido a Assunção para mostrar ao Governo guarani que Uruguai e Paraguai estavam ameaçados por um perigo comum, representado por uma aliança do Brasil e da Argentina e a necessidade da união de ambos para conjurá-lo.

Propunha, então, uma aliança defensiva, entre o Paraguai e o Uruguai, para manter o equilíbrio do Prata; a neutralização da Ilha de Martin Garcia e a possibilidade de se fazer de Corrientes e Entre Rios uma Nação Independente, sugerindo, veladamente, a anexação dessas regiões ao Paraguai. O Governo do Paraguai esquivou-se, porém, a um pronunciamento direto sobre esta proposta, alegando que não tinha conhecimento completo do assunto para tomar tão graves resoluções."

Por outro lado, as relações diplomáticas entre a Argentina e o Uruguai estavam cortadas desde dezembro de 1863 e o Paraguai rompeu com a Argentina, em 6 de fevereiro de 1864. Em junho de 1864, o Uruguai propôs ao Brasil, que o Paraguai fosse o mediador da pendência entre os dois países, proposta não aceita pelo Império. Anteriormente, Bartolomeu Mitre já tinha recusado a mediação de Solano Lopez a respeito do contencioso entre a Argentina e o Uruguai, embora Lopez já houvesse arbitrado, com sucesso, a disputa entre ele e Urquiza, sendo o fiador do acordo de 11 de novembro de 1859.

Contudo, a Argentina ainda vacilava e o receoso Mitre custava a se decidir claramente contra o Paraguai, diante da não menos hesitante lealdade do General Justo José de Urquiza (1800-1870), senhor das províncias de Santa Fé, Entre Rios e Corrientes e do temor do Presidente em comprometer a unidade política do seu país, em que pese

o seu interesse em resolver favoravelmente os litígios fronteiriços que envolviam o território compreendido entre os rios Pilcomaio e Bermejo; o Departamento de Candelária, nas Missões; além da neutralidade da Ilha de Martin Garcia. Reinava a desconfiança, o engodo e a incompreensão entre os Presidentes paraguaio e argentino, quando, em 14 de janeiro de 1865, Lopez solicitou a intempestiva permissão para cruzar o solo do país vizinho, a fim de atacar o Brasil, argumentando, nas palavras de Fragoso, "que tal fato não representava quebra da neutralidade argentina, porquanto, em 1855, o governo imperial mandou uma esquadra com tropas de desembarque contra o Paraguai, pelos rios da Prata e Paraná (missão Pedro de Oliveira), com o consentimento do governo de Buenos Aires. Logo, este governo podia, hoje, fazer-lhe concessão idêntica, facultando a ida do exército da República à Província do Rio Grande do Sul. A este pedido deu Mitre a resposta elevada e digna que reclamava, negando clara e formalmente o que era solicitado". Acrescente-se que, assim procedendo, dava cumprimento ao convênio Leal-Elizalde de outubro de 1864, já citado.

Malgrado os ingentes esforços de Urquiza, no sentido de que o seu compadre Lopez acatasse a decisão de Mitre, o exaltado presidente guarani pronunciou a célebre frase no rosto do enviado do caudilho argentino (General Julio Victorica) e que definia, sem rebuços, a sua insensata determi-

nação de fazer a guerra a todo o custo:

– “Entonces, si me provocan, lo llevaré todo por delante!”

E transformando suas palavras em ação, em 13 de abril de 1865, por intermédio do General Venceslau Robles, apossava-se da cidade de Corrientes e dos vapores **Guauguai** e **25 de Maio**, surtos ao porto, dando seqüência à declaração de guerra feita, irrefletidamente, em 29 de março, precipitando o acordo tripartite contra si. Era a sua sentença de morte.

Por sua vez, a invasão do Rio Grande do Sul por 10.000 combatentes das três Armas, pelo seu transcendente significado merece, sem dúvida, considerações especiais.

É notório que Estigarribia di-

vidiu a sua tropa em dois escalões: o principal sob o seu próprio comando, transpôs o rio Uruguai, em 10 de junho de 1865, sobre São Borja e após o ligeiro combate de Butuí (24 de junho), entrou em Itaqui (6 de julho) e investiu contra Uruguiana, ocupando-a, quase sem luta, em 5 de agosto; e o secundário sob o comando do Major Pedro Duarte – que tinha a missão de proteger a retirada do escalão principal, por um dos passos do rio Uruguai, caso necessário e com o qual ligava-se pelas vistas – prosseguiu para o Sul, pela margem direita do mesmo rio, apossando-se sucessivamente de La Cruz (Alvear) e de Restauración (RA), hoje Passo de Los Libres (2 de agosto). Se Robles pecaria pela timidez, Estigarribia pagaria caro pela afoiteza. (Fig. 4.)

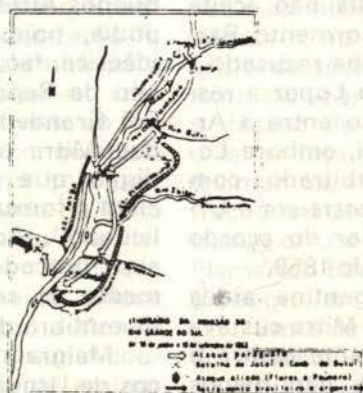


Figura 4 – A investida de Estigarribia e Duarte rumo à armadilha. O desastre foi completo: todos os 10.000 combatentes que partiram de São Tomé não retornaram ao seu país. A vitória aliada estava tão assegurada, que o Imperador D. Pedro II-presenciaria a rendição, em 18 de setembro de 1865. Provavelmente, foi a maior derrota de Lopez, praticamente no início das hostilidades, completando a destruição de sua esquadra, em Riachuelo (11 de junho de 1865). Com o desastre de Uruguiana, o presidente guarani, no espaço de 3 meses, perdeu a iniciativa estratégica da guerra e se recolheu ao seu próprio território onde, a despeito do heroísmo demonstrado, não possuía as mínimas condições de êxito.

Sabemos que o exército de linha brasileira encontrava-se na República Oriental, ao comando de Osório e que o Rio Grande do Sul era defendido por forças (se assim podemos chamar) de voluntários e da Guarda Nacional – recentemente recrutadas e mal armadas, instruídas e equipadas – repartidas em duas divisões: a 1ª (7.023 homens fazendo face ao rio Uruguai, de São Borja até a Foz do rio Quaraí, dispersa, portanto, em um dispositivo inadequado) comandada pelo brigadeiro Davi Canabarro (1793-1867) e a 2ª (do rio Quaraí ao Chuí, injustificavelmente, pois contávamos com as tropas de Osório estacionadas no país vizinho, como vimos acima) chefiada pelo coronel honorário Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí (note-se que esses dois líderes militares eram desafetos, há longa data). Comandava todo o improvisado corpo-de-exército o General João Frederico Caldwell (1801-1873), nomeado Comandante-das-Armas do Rio Grande do Sul e Ajudante-Geral do Exército Imperial, depois substituído pelo Conde de Porto Alegre, em 21 de agosto.

As condutas de Caldwell por omissão (constituía um Conselho de Guerra, nos momentos que exigiam a definição do Chefe) e, particularmente, de Canabarro, na direção das operações, são polêmicas e as opiniões dos historiadores divergem sobre o assunto. Em que pese constar do ativo deste último o fato de ter sido um respeitado chefe revolucionário farroupilha – a despeito de ter-se

deixado surpreender em Porongos (14 de novembro de 1844) – depois do controvertido episódio que estamos debatendo, chegou a ser processado pelo Gabinete de São Cristóvão, juntamente com outros oficiais, julgamento que não se concretizou devido a delongas e, finalmente, por morte do principal acusado.

Hoje, é mais fácil analisar, com isenção e serenidade, se ele procedeu corretamente, mas é forçoso convir que, seja por incompetência, seja por pura sorte, seja por sagacidade, a evolução dos acontecimentos – derrota de Duarte em Jataí (17 de agosto) e rendição de Estigarribia, em Uruguaiana (18 de setembro) – veio comprovar que, a médio prazo, a linha de ação por ele adotada era nitidamente a melhor. Ademais, as suas tropas, desprovidas de quaisquer recursos humanos ou materiais de qualidade, eram reconhecidamente incapazes de oferecer alguma resistência sólida aos aguerridos paraguaios – que representavam a elite do seu exército – e Canabarro, sabedor da presença deles do outro lado do rio, aprestando-se para a invasão, em carta ao Presidente da Província Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, afirmava, dando ciência antecipada da sua idéia de manobra: “não tenho dúvida que os paraguaios, desde que passem o rio Uruguai, estarão perdidos”. Canabarro teve, também, a feliz idéia de armar em guerra o pequeno vapor **Uruguai**, posto sob o comando do então Primeiro-Tenente Floriano Peixoto (1839 –

1895), que cooperou no cerco da cidade e inquietou os invasores, pondo a pique ou aprisionando várias canoas e prejudicando sensivelmente as comunicações entre Estigarribia e Duarte. Coordenou, ainda, os seus movimentos com os do coronel argentino Payba que, chefiando pequenos efetivos, realizava idêntica ação, frente a Duarte, do outro lado do rio Uruguai e com o qual mantinha correspondência pessoal.

Outrossim, podemos afirmar com segurança que a sua manobra geral foi consciente – apesar de pouco resoluto, para alguns – como explica em relatório, escrito em uma zona de reunião, às margens do arroio Ibirocaí: "...e quando os vi deste lado do passo de Santa Maria, nada mais receei: tinha o coração livre de um peso que até então me oprimia. O inimigo estava perdido, sem recurso. Certeza da vinda do General Flores eu tinha, a questão era de tempo..."

Em outro documento, datado de 12 de junho e endereçado ao seu amigo General Osório (que o defendeu enfaticamente no processo, assegurando que a Ação retardadora de Canabarro, trocando espaço pelo tempo, era do seu conhecimento e tinha sido aprovada por Mitre, generalíssimo da Tríplice Aliança) solicitava o reforço urgente de 4.000 infantess, sem os quais não poderia enfrentar o inimigo, sem o perigo de uma derrota irreparável, pois a sua Divisão não dispunha, praticamente, de tropas de Infantaria de linha.

Osório, entre o coração e a razão, amargurado pela invasão do seu querido Rio Grande, quase o atendeu – retardando a travessia do seu exército para Concórdia (RA) – e só renunciou ao seu intento depois de conferenciar com Mitre (opinava este que Canabarro "hostilizasse o inimigo sem arriscar um combate decisivo") respondendo, então, ao Comandante da 1ª divisão, em 19 de junho, que só poderia socorrê-lo após Robles ser rechaçado, em Corrientes (RA). Assim mesmo, remeteu, às pressas, uma pequena força de 1.500 soldados que, infelizmente, não pôde ultrapassar a cidade do Salto (ROU), em virtude dos calados dos navios-transporte não serem apropriados para a navegação naquelas águas. (Osório comandava a reserva estratégica do exército aliado a ser reunido em Concórdia.)

A verdade é que, em Uruguaiana, no dizer do Ministro da Guerra Silva Ferraz, renderam-se 59 oficiais e 5.131 praças, pois os 3.200 homens de Duarte tinham sido aniquilados (1.700 mortos, 300 feridos e 1.200 prisioneiros) pelos 10.825 soldados aliados, sob o comando de Flores, sem qualquer ajuda de Estigarribia que, inclusive, acusou o seu subcomandante de pusilânime. Ao mesmo tempo assessorado por um certo padre Blás Duarte, enviava uma carta-resposta à intimação do Conde de Porto Alegre, onde condenava o sistema escravocrata imperial e afirmava altivamente "Tanto mejor, el humo de los cañones enemigos nos da-

rán sombra", imitando as famosas palavras do Capitão Leônidas, nas Termópilas. Não obstante a disparidade de forças (o Exército Aliado era composto de 17.346 homens, sendo 12.393 brasileiros, 3.733 argentinos e 1.220 orientais e 42 bocas-de-fogo, afora a diminuta flotilha que atuava no rio Uruguai), os fatos vieram comprovar que entre o espartano e o paraguaio era acentuada a diferença de valor. (Fig. 5.)

Os prisioneiros foram distribuídos entre os três países vencedores, os que couberam a Flores (5 oficiais e 1.379 praças) foram forçados a combater ao lado dos seus captadores (o citado efetivo diminuía incessantemente, quer pela deserção, quer pela morte por doença ou fuzilamento) levando Lopez – que já odiava o caudilho uruguaio por considerá-lo o principal causador da guerra, ao solicitar a intervenção do Império, por ocasião da crise político-militar do ano anterior – a ter verdadeiros acessos de ira (parte dos prisioneiros de guerra foi capturada ilegalmente por elementos indisciplinados da cavalaria brasileira e conduzida a destino ignorado. Todavia, a grande maioria aprisionada oficialmente, no relato insuspeito do General Resquin, foi tratada com urbanidade e receberia seus soldos normalmente ou condições honestas de trabalho).

Em suma, a retomada de Uruguiana – na presença do Imperador, que acampara em suas imediações desde o dia 11 de setembro – sendo um êxito comple-

to para os aliados, resultou no colapso do exército paraguaio e obrigou Lopez a retrain com os remanescentes de Corrientes (se Estigarribia não tivesse capitulado, Lopez não ordenaria essa retirada) para o interior do seu país e a mobilizar um novo exército. Para ele a guerra estava perdida, mesmo no seu início.

As perdas sofridas pelo exército guarani, na açodada incursão ao Rio Grande do Sul, foram as maiores de toda a guerra – considerando-se as operações isoladamente – e representaram, também, a sua maior derrota, depois de Tuiuti (24 de maio de 1866), pois proporcionou aos aliados inverter o fluxo das ações de combate, tomando a ofensiva e forçando Solano Lopez a ceder a iniciativa estratégica e a confinar suas tropas no solo paraguaio. Entretanto, grande parte dos analistas, quer os seus contemporâneos, quer os atuais, não percebem ou não entendem a inação aparente do Brigadeiro Canabarro perante os paraguaios, sem atentarem para a evolução dos acontecimentos, no âmbito do exército aliado, como um todo e para a evidência de que a coluna de Estigarribia foi aprisionada em uma engenhosa armadilha; consideram mais importantes as devastações e saques realizados pelos paraguaios e a justificável emoção de ver parte do solo gaúcho ocupado, por algum tempo, pelas tropas de uma nação havida como frágil, na época.

Sem o propósito preconcebido de justificar o desempenho

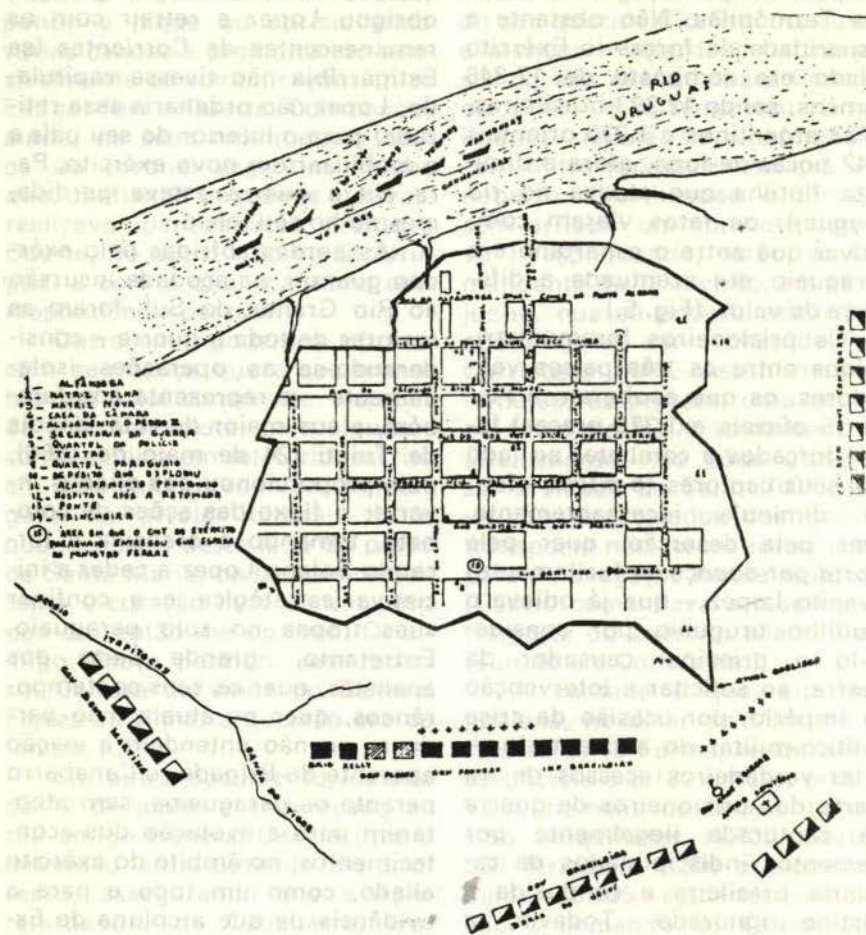


Figura 5 – Reconstituição do dispositivo das forças empenhadas, em torno de Uruguaiana. Estigarribia, provavelmente atraído pelo cobiçado saque, não se mostrou à altura de suas funções: afoitamente, entrou “triumfante” na localidade, caindo, inadvertidamente, na armadilha armada, com astúcia, por Canabarro, enquanto contrariava ordens expressas de Lopez. A sua capitulação propiciou aos aliados a conquista da iniciativa da guerra, impondo ao inimigo o combate defensivo estratégico até a derrota final. (Este elo-giável esboço é da autoria do Cabo João Carlos Fontes, integrante do 8º RC Mec e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana.)

militar de Davi Canabarro, antes, de mostrar que a sua bem-sucedida Ação Retardadora – operação típica da Arma de Cavalaria, sabidamente de difícil execução e, provavelmente, a única de que se tem notícia na História Militar sul-americana – integrava uma manobra maior do escalão exército, procuramos cingir-nos ao relato dos fatos, submetendo-o à apreciação dos leitores.

• • •

Com certeza, o erro fatal cometido pelo Marechal Lopez – adicionado ao inexplicável retardo no desencadeamento das operações ofensivas para o Sul – foi o de fracionar o seu exército, invadindo simultaneamente a Argentina e o Brasil, a cavaleiro dos rios Paraná (com as forças acampadas em Humaitá) e Uruguai (com as tropas estacionadas em Itapua, hoje, Encarnación). Isoladas as colunas por um terreno inóspito, desabitado, excessivamente amplo, eivado de pântanos, “esteros” e lagoas e desprovido de suprimentos e de estrada transversal que garantisse as ligações entre elas (Robles e Estigarribia jamais puderam se comunicar, a despeito das inúmeras tentativas realizadas, através de estafetas montados), tornou-se impossível a intervenção de Lopez nas ações.

Reunidas as fileiras aliadas em um ponto lógico (Concórdia – RA), ficaram estas em condições de impedir a junção das colunas inimigas e de batê-las por partes (a ocasião oferecida pelo imobilismo de Resquin foi oportuna-

mente aproveitada por Mitre, ao reforçar Flores com Paunero), operações em muito facilitadas, a partir de 11 de junho de 1865, pela vitória alcançada pelo Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva (1804-1882), Chefe do Estado-Maior da Armada e futuro barão do Amazonas, que transformou a Esquadra Brasileira em senhora incontestada da Baía do Prata (o Almirante Tamandaré, comandante-em-chefe da Esquadra, encontrava-se em Buenos Aires): Riachuelo. (Fig. 6.)

A CONTRA-OFENSIVA

O ataque do ditador Lopez ao Sul de Mato Grosso, em dezembro de 1864, em que pese a vasta presa de campanha capturada (armamento, munição, gado etc.) e a elevação da moral de sua nação, além de representar uma grave distorção doutrinária – atacar em força o teatro de operações secundário – serviu para motivar o povo brasileiro contra o invasor, sendo intensificada a mobilização em todo o Império, o que resultou na manutenção de suas Forças Armadas com efetivo sempre crescente. É fora de dúvida que o recrutamento à força foi empregado, nesta campanha, por todos os beligerantes, porém, esquecem alguns pseudo-historiadores que o apontam, às vezes levemente, como uma violência sem nome, que essa espécie de inclusão de “voluntários” nas fileiras castrenses sempre foi utilizada, em todos os tempos e em toda parte, nos momentos de pro-



Figura 6 – 11 de junho de 1865: Derrota completa da Armada do Paraguai. Vitorioso na sua surpreendente expedição a Mato Grosso – que, afinal, traduziu um de seus maiores enganos estratégicos – Lopez, em Riachuelo, conheceu, pela primeira vez, o amargor da derrota, irrecuperável para ele, pois representou a destruição de sua esquadra, indispensável para o êxito nas ações futuras, que se caracterizariam pelas batalhas ao longo do rio Paraguai, através das hoje denominadas Operações Ribeirinhas. O feliz golpe-de-mão de Paunero sobre Corrientes (25 de maio) levou o temerário Marechal Lopez a tomar essa precipitada decisão, isto é, jogar o destino de sua improvisada esquadra em uma única cartada, visando a abrir o prosseguimento para o Sul. O audacioso e inexperiente comandante guarani pagaria caro pelo seu noviciado, porquanto, depois de Riachuelo, a guerra se prenunciava perdida, mesmo no início das hostilidades.

funda crise militar e não seria a Guerra do Paraguai a exceção à regra.

Também é certo que, aos brasileiros da raça negra, coube substancial parcela de responsabilidade na evolução da guerra. Afirmam os autores mais comprometidos com a verdade histórica que o contingente de cor era cinco vezes maior que o de seus companheiros brancos – enquanto representava, apenas, um terço da população brasileira da época (8.000.000 de habitantes) – o que propiciou a oportunidade aos paraguaios de alcunharem, pejorativamente, o Exército Imperial de “cambada” (palavra derivada da raiz do idioma guarani “cambaá”: preto).

O processo de circunscrição militar era o de conceder “Cartas de Alforria” aos escravos voluntários, mas, não raro, a nobreza oferecia vários deles – que eram imediatamente considerados forros – em troca de algum familiar convocado. Parece um paradoxo o fato de que os servos defendessem o sistema escravocrata a eles imposto por seus senhores brancos, fato que era judiciosamente explorado pela propaganda adversa, através de panfletos e impressos lançados na linha de frente, pois se eles eram feitos homens livres, para combater, suas esposas, pais e filhos continuavam escravos, no Brasil.

Seja como for, a realidade é que o sangue derramado genero-

samente pelos pretos alforriados, em defesa da sua Pátria, nos campos de batalha, contribuiu decisivamente tanto para a vitória final brasileira, quanto para a abolição do servilismo, graças à Lei de 13 de maio de 1888, principal fato gerador da queda do regime monárquico-escravista que, esteado economicamente na mão-de-obra cativa, sobreviveu, apenas, pouco mais de um ano.

A guerra – qualquer que seja a latitude do teatro onde se trava – é um espetáculo brutal e insano; ocasião em que o homem esquece sua condição de ser civilizado e cordial e reduz-se à sua primitiva origem animal, tornando-se impiedoso, violento e desumano. Neste conflito, adolescentes imberbes, quase crianças, foram conduzidos sem dó nem contemplação para a morte prematura e atroz, forçados a lutar por uma causa que não tinham idade para entender. Contudo – note-se bem – eles sucumbiram no campo de batalha, de armas na mão e, talvez, o julgamento imparcial da História condene com mais rigor aqueles que os levaram a esta situação injusta, do que os inimigos que os mataram, combatendo frente a frente, no fragor da peleja.

Em um conflito em que, salvo a famosa “Manobra de Flanco” de Caxias, o objetivo era quase sempre o próprio dispositivo do inimigo, desprezando-se os acidentes capitais, a bravura dos “caboclos” (assim eram chamados os paraguaios, pelos brasileiros), aliada a um terreno inóspito, ni-

tidamente desfavorável às ações ofensivas, entrecortado por lagoas, arroios, “esteros” e bosques, bem como a indesejada “ajuda” das terríveis e permanentes epidemias e pestes – que abriam imensos claros nas forças em confronto – contrariaram largamente a hipótese de uma campanha rápida e fulminante, capaz de ser concluída em curto prazo. Essa realidade veio constatar que a guerra é a arte da economia de erros, ganhando-a o partido que menos os acumula, enquanto explora judiciosamente aqueles cometidos pelo adversário.

Entrementes, o vacilante Robles – à frente de 25.000 homens e 30 canhões, segundo Thompson – não se mostrou à altura das funções a ele confiadas, deixando-se ficar praticamente imóvel em Corrientes, apenas realizando tímida incursão, com a vanguarda, até Empedrado e Bela Vista, 135 quilômetros abaixo do rio Paraná (por esse comportamento, o infeliz general paraguaio, acusado de traição, perdeu o comando para o Coronel Francisco Isidoro Resquin, egresso do teatro de operações de Mato Grosso, foi julgado, condenado e fuzilado).

Disso se aproveitou o General argentino Venceslau Paunero – que, ao longo do conflito, demonstrou ser um dos mais capazes chefes militares aliados – para realizar arrojado golpe-de-mão sobre Corrientes, em 25 de maio, retomando-a por algum tempo (suas tropas eram compostas, além dos argentinos, do 9º BI e da Artilharia naval e terrestre

brasileiros e de uma insólita Legião Militar, integrados por mercenários estrangeiros) e causando pânico a Lopez que inadvertidamente permanecia em Assunção, talvez confiando demasiadamente na eficiência do telégrafo que mandara instalar.

O presidente guarani, então, deslocou-se para Humaitá (9 de junho), onde estabeleceu seu Quartel-General e ordenou a desordenada retirada das forças expedicionárias, caracterizando o malogro de suas ações ofensivas e a incapacidade de levar a guerra ao território inimigo e comprometendo, sobretudo, sua figura de estrategista e condutor de homens.

A essa catástrofe veio somar-se o contundente revés de Uruguaiana (18 de setembro de 1865), ocasião em que o Tenente-Coronel Antônio de la Cruz Estigarribia fracassou inapelavelmente em sua expedição ao território brasileiro devido, principalmente, ao fato de que o neófito e indeciso governante paraguaio retardara, por cinco meses, a sua ofensiva para o Sul, fazendo-o, somente, quando perdera a oportunidade da surpresa tática, as tropas orientais "blancas" não possuíam mais poder de combate e o despreparado "Exército do Sul" brasileiro superara os óbices iniciais de mobilização, comando e suprimento. (A expedição do Coronel Vicente Barrios - 24 de dezembro de 1864 - não deveria ter sido lançada sobre Mato Grosso, mas na direção geral de Montevideu.)

Vencido Estigarribia, voltaram-se os aliados para Resquín, sem muita convicção, arremetia para o Sul (a sua vanguarda já sofrera o amargor da derrota em Naranjitos - 21 de setembro de 1865) até que Lopez, possesso com o desastre de Uruguaiana, ordenou a evacuação de Corrientes, em 30 de setembro (o que foi feito sem maiores obstáculos, em razão da ausência da esquadra brasileira daquelas águas, temerosa de encalhe), transpondo as tropas invasoras o rio Paraná, em Corrales e acampando no Passo da Pátria, já em território do Paraguai, deixando atrás de si cavalos, bois, carretas e suprimentos de toda espécie, perseguidos com deficiência pelas forças argentinas. O exército do General Mitre atravessava momentos críticos, por força de deserção de toda a valente mas insubordinada cavalaria de Urquiza (cerca de 8.000 homens), em Basualdo (7 de julho) e Toledo (3 de novembro, quando 5.000 cavalarianos, novamente reunidos, abandonaram o exército regular, dispersando-se em pequenos e temíveis bandos armados, apelidados "montoneiros", que causavam grandes preocupações ao governo porteño, obrigando-o a manter consideráveis efetivos militares no interior do país, a fim de garantir a ordem civil), comprovando que entrerrianos e correntinos não estavam dispostos a fazer a guerra contra os paraguaios e que Bartolomeu Mitre só poderia contar, praticamente, com os habitantes da província de Buenos Aires. Era

o antigo sentimento de rivalidade entre a capital e o interior que ressurgia em toda a sua plenitude. Quanto a Urquiza, vendo dissolvido o seu poder de combate, dedicou-se ao fornecimento de reses, cavalos e cereais aos aliados, especulando no preço e transformando a guerra em negócio altamente lucrativo para ele.⁹

Regressaram ao Paraguai, da trágica aventura no rio Paraná, cerca de 15.000 homens sãos e 5.000 enfermos ou feridos. Outros 5.000 morreram em Corrientes, em combate ou vitimados pela fome, frio ou pelas epidemias de varíola, sarampo e disenteria que, somados aos 10.000 de Estigarribia redonda no total de 20.000 baixas paraguaias e a destruição da frota fluvial, no limiar do conflito. Apesar da gigantesca tarefa de repletamente realizada, é válido deduzir que o Paraguai jamais se recuperaria desse excessivo desperdício de vidas e de material.

Além disso, permanece sem resposta a maioria das incertezas que guardamos em torno do desempenho das colunas atacantes do Paraná e do Uruguai: por que Estigarribia transpôs o rio Ibicuí e infligiu sobre Uruguiana, contrariando ordens expressas de Lopez? Por que deixou-se ficar inativo no interior dessa vila, enquanto o Marechal Lopez ordenava-lhe que retornasse ao seu país? Por que permitiu a destruição de Duarte – a primeira derrota terrestre do Paraguai, na guerra – não o acolhendo em Uruguiana ou, caso fosse imprescindível

esse sacrifício, escapando com o grosso, ao mesmo tempo que o seu imediato oferecia o combate? Por que não atravessou o rio Uruguai para Restauración, antes do desastre de Jataí, aproveitando a sua última chance de escapar, que era juntar-se a Duarte, evitar Flores (ou enfrentá-lo sem procurar decidir a batalha) e regressar ao Paraguai, pelo mesmo itinerário, em sentido oposto? Por que Robles, por sua vez, permaneceu quase estático na localidade de Corrientes se, aparentemente, deveria marchar sem perda de tempo para o Sul, pela estrada Bela Vista – Mercedes – Restauración, a única existente, a fim de fazer a junção com Estigarribia? (Fig. 7.)

De todas essas considerações, é justo concluir que a alta cúpula militar paraguaia, responsável pela direção da guerra, teve atuação pouco meritória em sua condução, apesar de ter sob o seu comando um exército resoluto e disciplinado, embora inexperiente, e a determinação de alguns chefes do escalão intermediário, como o então Capitão Bernardino Caballero (valoroso sargento no ataque a Mato Grosso) e o Tenente-Coronel José Díaz, que realizou, com pequenos efetivos, eficazes missões de inquietação, às vésperas da invasão do seu país e, por fim, foi o principal responsável pela vitória de suas armas em Curupaiti.

Vejamos, a seguir, o tremendo esforço de mobilização realizado pelo Império, a fim de capacitar as suas Forças Armadas a



Figura 7 – Após a consagrada vitória em Uruguaiana, os aliados assumiram a iniciativa dos combates e marcharam contra Lopez. Pelo itinerário das colunas, observa-se que a intenção inicial aliancista era invadir o Território da República do Paraguai por duas frentes (Corrientes e Encarnación) o que, em essência, caracterizava o mesmo erro cometido por Lopez, em sentido contrário. Convencidos da inexequibilidade da ação, desistiram de imediato da idéia de manobra e concentraram todos os meios na região de Corrales – abandonada por Resquin – de onde partiram para o ataque. Foi uma operação lenta e penosa, que levou sete meses – desde a retomada de Uruguaiana, até o desembarque em Confluência (16 de abril de 1866) – para ser concretizada. Porto Alegre (2º Corpo-de-Exército brasileiro) passou a constituir a reserva estratégica do Exército aliado, em São Borja, de onde ameaçava Encarnación.

enfrentar a campanha do Paraguai:

Em 1º de maio de 1855, contava o “Exército do Sul” (mais tarde, 1º Corpo-de-Exército), estacionado no Uruguai, sob o comando do General Osório, com o efetivo de 13.181 homens que, somados aos 13.925 recrutados e em organização no Rio Grande do

Sul (2º Corpo, sob o comando do Conde de Porto Alegre), perfaziam o total de 27.106 homens. Em 1º de julho, do mesmo ano, o 1º Corpo, então reunido em Concórdia, contava com 18.977 e, em 1º de janeiro de 1866, 32.256. Consoante a ordem de batalha de Osório (1º de março de 1866, a última de que se tem conhecimento

antes da invasão), era esse o valor numérico do seu Corpo-de-Exército, naquela data:

a) Efetivo pronto	
- Generais, Estado-Maior, Corpo de Saúde, Repartição Eclesiástica etc. . . .	130
- Infantaria	19.947
- Cavalaria	4.416
- Artilharia	1.404
- Engenharia	287
- Embarcados na Esquadra	1.575
- Soma	27.759
b) Em outros destinos	
- Baixados	4.380
- Empregados	729
- Soma	5.109
c) Total Geral	
- 32.868 combatentes.	

O Conselheiro José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1918), Barão do Rio Branco, afirma que Osório recebeu entre março e abril de 1866, o reforço de mais de 5.000 soldados, o que eleva o seu efetivo para cerca de 38.000 e 48 bocas-de-fogo, no exato momento da invasão. Ainda segundo Rio Branco, "...o 2º Corpo brasileiro, às ordens do general Conde de Porto Alegre, compunha-se, em 15 de janeiro de 1866, de 15.660 combatentes. Desse, 9.300* atravessaram o rio Uruguai, em março de 1866 e, em meados de abril, ameaçaram Ita-

pua". Conclui-se, por conseguinte, que o exército de campanha brasileiro era integrado por 53.660 homens, no campo de batalha. Acrescentem-se os efetivos de Mato Grosso e em reserva no Rio Grande do Sul, 6.367 e 8.498, respectivamente, citados pelo mestre Tasso Fragoso e teremos a soma final de 68.525 militares compondo a força terrestre empenhada na guerra contra o Paraguai.

Por outro lado, no dizer do conselheiro Afonso Celso de Assis Figueiredo (1837-1912), Visconde de Ouro Preto e Ministro da Marinha, "em começo de 1865, a Força Naval do Império era de 45 navios armados, dos quais 33 a vapor e 12 a vela, com 609 oficiais e 3.627 praças e guarnecida por mais de 240 bocas-de-fogo. Cuidava-se, além disso, e com a máxima atividade, da aquisição de couraçados e transportes".

Ao comparar os efetivos do Império com os da Argentina, em abril de 1866 (12.600 soldados na linha de frente - descontados os desertores de Urquiza e os que não puderam deixar aquele país, envolvidos no combate às constantes rebeliões internas e aos "montoneros" e que, às vezes, aparecem nos seus mapas da força - e 1 vapor) e os do Uruguai (2.857 homens, mais 1 brigada brasileira e 1 regimento argentino, elevando os seus quadros para aproximadamente 5.000 homens) vê-se que o ônus da guerra recaiu quase totalmente sobre o Brasil.¹⁰

Combatia ao lado dos aliados

a Legião Paraguaia – cuja organização era prevista pelo Artigo 7º do Tratado de 1º de maio – constituída de cerca de 600 soldados, muitos dos quais forçados a essa atitude, o que era usual nos conflitos platinos.

Esse desrespeito aos direitos humanos e outros barbarismos e atrocidades coletivas, praticados por ambos os partidos, além de fortuitos e inerentes a todas as guerras, através dos tempos, sem dúvida são condenáveis, porém, por vezes, são ressaltados por determinados pesquisadores que, refletindo razões inconfessáveis, elegem-nos como a própria finalidade do conflito, quando sabem que este, em última análise, foi o incômodo legado recebido do imperialismo europeu, desde antes da descoberta do continente americano. Por seu turno, reduzir as causas remotas e profundas da Guerra do Paraguai somente aos interesses colonialistas da Grã-Bretanha – a superpotência mundial da época que, realmente, retinha ponderável influência no Cone Sul, fundamentada na sua ascendência financeira – é, no mínimo, falsear a verdade ou, então, minimizar os cansativos trabalhos de pesquisa que um estudo histórico sério e comedido exige. Respalado no prestígio do seu país, o Ministro Thornton conservava o trânsito livre nos meios diplomáticos do Prata, mas partir dessa veracidade para assegurar ser ela o único motivo real da campanha da Tríplice Aliança é desconhecer, ou negar, todo o processo evolutivo das na-

ções envolvidas e os seus próprios objetivos nacionais permanentes e inconciliáveis sustentados, até então, em um precário equilíbrio geopolítico.¹¹

Retomemos o assunto. E as forças paraguaias? Os dados de que dispomos são desencontrados e, às vezes, exagerados. Para que o leitor tenha uma base para o cálculo, informo que, no Arquivo Nacional de Assunção, consta o efetivo de 38.173 soldados, em 1864. Fazendo-se sua projeção para o ano seguinte e em virtude da intensificação do recrutamento, é lícito admitir que o Exército guarani ultrapassasse os 50.000 homens à época da eclosão das hostilidades (ataques a Corrientes e ao Rio Grande do Sul). Quanto à Marinha, a rigor, o Paraguai contava com apenas um navio de guerra: a corveta “Tacuarí”, pois o restante da sua frota era constituído de diversos vapores adaptados (alguns capturados ao inimigo) e de variadas embarcações a vela e chatas artilhadas (estas, rebocadas).¹²

Prossigamos na análise das ocorrências, após a retirada do General Resquin, protegido pelas forças de retaguarda do Ten-Cel Diaz: o grosso do exército aliado, após lento deslocamento, atingiu a localidade de Mercedes (30 de outubro de 1865), onde acampou e só alcançou a área de Corrientes em fins de novembro, quando Resquin já a havia abandonado (30 de setembro). Nesta altura dos acontecimentos, Lopez estabelecia o seu Quartel-General no Passo da Pátria, enquanto tratava

de fortificar o seu território. Em frente a Correntes, do outro lado do rio Paraná, tinha sido construído, por Carlos Antônio Lopez, o Forte Itapiru, primeiro obstáculo a se antepor ao atacante vindo do sul. Logo após, nas barrancas do rio Paraguai, alinhavam-se sucessivamente as fortalezas de Curuzu, Curupaiti e Humaitá (a principal), todas do lado esquerdo do rio, dominando o acesso a Assunção. Mais ao norte, as fortificações de Timbó e Tagi completavam o sistema defensivo paraguaio.

A inércia dos aliados no acampamento de Corrales e a falta de patrulhamento no rio Paraná, pela esquadra, encorajaram o Marechal Lopez a realizar a pitoresca guerrilha das chatas (momento em que essas frágeis embarcações, munidas de somente um pequeno canhão, desafiavam os navios de guerra brasileiros sem requisito algum de vitória) e vários golpes-de-mão, principalmente sobre o contingente oriental, que era o que estava debruçado imediatamente sobre as margens do rio. Duas dessas escaramuças podem ser consideradas como verdadeiras batalhas, por força dos efetivos em confronto: a de 31 de janeiro de 1866, em Corrales e a de 20 de fevereiro em Itati, ocasião em que os uruguaios foram expulsos do seu acampamento.

O maior desses combates, entretanto, foi o que se feriu no dia 9 de abril, em um banco de areia defronte a Itapiru, quando 1.200 brasileiros, que dele haviam se

apossado desde o dia 5, rechaçaram uma arremetida de igual número de guaranis, após sangrento choque corpo-a-corpo. Comandava os brasileiros o intrépido Tenente-Coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita, ilustre futuro Patrono da Arma de Engenharia, que morreu em ação (10 de abril), atingido por um estilhaço de granada da Artilharia inimiga, no momento em que redigia o relatório sobre o vitorioso combate. (A chegada de duas belonaves brasileiras decidiu a luta, pois os paraguaios – Díaz à frente – ainda dispunham de expressiva reserva para empenhar na batalha.) Essa ilhota, depois batizada Ilha do Cabrita, foi a nesga do solo paraguaio que primeiro caiu em mãos brasileiras.

Esse incidente, uma astuta manobra diversionária, fez com que Solano Lopez acreditasse que os aliados fossem desembarcar em Itapiru (seria difícil Lopez prever o local do desembarque, pois os aliados só o escolheram na véspera da invasão) quando, em realidade, o fizeram em um ponto nas barrancas da margem esquerda do rio Paraguai, não mais de 12 quilômetros acima da sua confluência com o rio Paraná. Durante a manhã do dia 16 de abril de 1866, 10.000 brasileiros capitaneados pelo renomado General Osório, ali estabeleceram uma cabeça-de-ponte, debaixo de forte temporal, desembarcados de 15 navios-transporte (cada um rebocando uma chata) e de 150 embarcações de toda espécie, enquanto a esquadra bombardeava

o forte de Itapiru, iludindo o inimigo. Solano Lopez só veio a convencer-se da invasão na noite do dia seguinte quando, com a

chegada dos argentinos e orientais, o efetivo aliado sobre o solo do seu país já se elevava a 20.000 homens. (Fig. 8.)

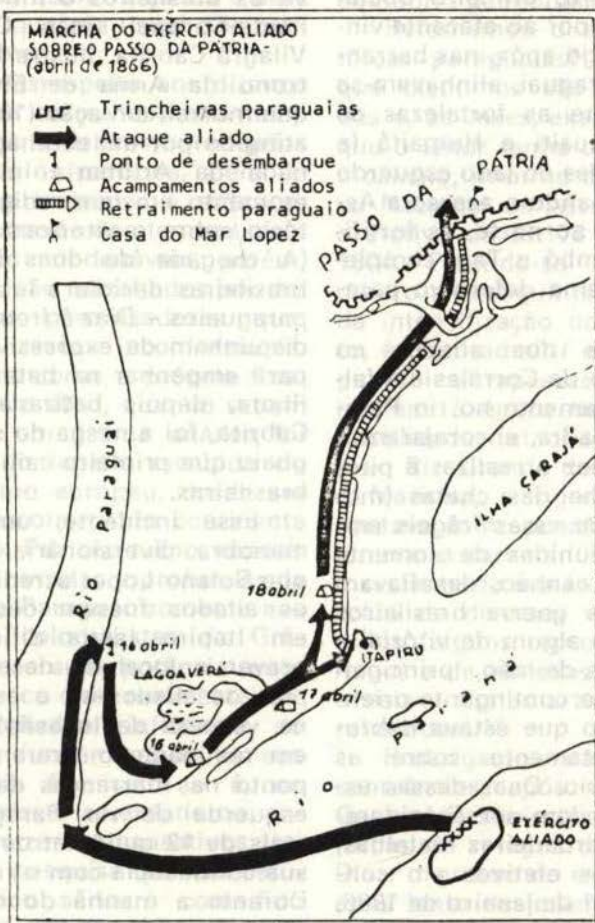


Figura 8 – A manobra vitoriosa de Osório, através do território guarani, desde o desembarque – instante em que foi obtida a surpresa tática (isto é, a escolha judiciosa de “onde” e do “quando”) – até a ocupação da base paraguaia do Passo da Pátria. Surpreendido, Lopez ofereceu débil resistência e abandonou as fortificações bem implantadas de Itapiru e Passo da Pátria, retirando-se para Tuiuti e entregando aos atacantes, quase sem luta, expressiva cabeça-de-ponte (Passo da Pátria), principal ponto de apoio logístico aliado durante toda a futura campanha. Indubitavelmente, foi mais um erro tático cometido pelo Marechal Lopez o de não resistir ali, pois, se Itapiru era indefensável, Passo da Pátria reunia consideráveis condições de repelir os atacantes, ainda carentes de uma base sólida para o prosseguimento das operações na direção de Humaitá. O temor de ser bombardeado pela esquadra brasileira, aparentemente, o levou a tomar esta decisão.

Fruto da surpresa tática obtida, a operação fora um êxito completo e as Forças Armadas e o Governo do Marechal Francisco Solano Lopez entravam em irreversível processo de erosão, conduzindo a estóica e leal nação guarani, fatalmente, aos caos econômico, político e social, condenada a um cruel destino que, na verdade, não merecia.

Notas do Autor

1. Os bandeirantes possuíam impressionantes poder de penetração e de sentimento de orientação. Homens rudes e afeitos aos rigores da natureza e das duras condições de sobrevivência que se lhes ofereciam, partiram decididamente para o oeste, levando a tudo e a todos de roldão. Nessa marcha ininterrupta, a redução de Guaíra foi exterminada (mais de 50.000 índios amestrados "de coleira no pescoço e agulhão no lombo" foram conduzidos para lucrativa venda nos mercados do Rio e de São Paulo), a próspera missão do Itatim e o que restava da lendária Santiago de Jerez (capital da antiga província espanhola de Nueva Andaluzia), idem (1632), e chegaram a realizar uma excursão vitoriosa à de Chiquitos (Bolívia), atingindo, ainda, a de Moxos, mais ao norte. Ante o perigo e face à iminente possibilidade daqueles expeditos aventureiros atingirem os seus ricos veios e filões do prata, os espanhóis, mais fortes militarmente, derrotaram-nos numa segunda

investida, forçando-os, por fim, a desistirem do intento.

Ao paulista não interessavam as terras, pois não visava à sua posse ou ocupação, como também não o inspiravam fins políticos contra o domínio espanhol e, muito menos, alimentava a intenção patriótica de ampliar o solo de seu país. Apenas movia-o o fascínio da descoberta do ouro e das pedrarias e, na falta destes, a caça impiedosa ao gentio, transformando-o em mercadoria de alto valor monetário.

De qualquer modo, a pertinácia e o arrojo sem limites, a violência, a ambição e a capacidade de luta do bandeirante foram – ao lado da dádiva da União das Duas Coroas – os principais fatores da existência deste país de proporções continentais.

2. Sua figura ímpar prevaleceu no quadro platino até o Encontro de Guaiquil (26 de julho de 1822), com Simón Bolívar (José Antonio de La Santísima Trinidad Bolívar y Palacios – 1783/1829). Ao retorno desse congresso, San Martín declarou concluída sua tarefa como libertador, renunciou a todos os cargos, títulos (Protetor do Peru, Fundador da Liberdade do Peru etc.) e honrarias e retirou-se para a Europa, vindo a falecer, modestamente, em Boulogne-sur-Mer (França).

Devem-lhe os povos latino-americanos as independências do Chile (vitórias de Chacabuco e de Maypu, depois do insucesso de Cancharayada) e do Peru, após transportar o seu exército por via

marítima, cercar Lima, nela penetrar quase incógnito e assumir o governo, expulsando os colonizadores espanhóis da área onde concentravam a maior percentagem do seu poderio militar, na América do Sul.

3. A saga da Insurreição Pernambucana (1645-1854), o despertar da nacionalidade brasileira, foi levada a cabo vitoriosamente por brasileiros e portugueses (além de índios e escravos), contrariando os interesses políticos da metrópole lusitana. Senão vejamos: O Tratado Portugal-Holanda, de 12 de junho de 1641, suspendia as hostilidades entre os dois países pelo prazo de dez anos e o seu Artigo 21º: "reconhecia, ao governo holandês, o domínio adquirido pela conquista". Isto significava a entrega, sem maiores problemas, da principal área produtiva da Colônia, aos invasores estrangeiros e D. João IV pretendia, com essa atitude incompreensível, sob o ponto de vista brasileiro, a amizade e a ajuda dos batavos, em uma aliança contra a Espanha, inimiga comum momentânea.

O destemor, a fibra e a alma do nativo foram o alicerce da resistência armada espontânea e heróica contra esse conchavo da alta cúpula lusa, verdadeira traição, o que forçou o monarca português, mais tarde, a apoiar o movimento rebelde com forças militares, temeroso de perder o controle da situação. Hoje, forte corrente de analistas da História Militar nacional considera a epo-

péia dos Guararapes a gênese do Exército Brasileiro.

4. A Inglaterra era, sem contestação, a primeira potência do globo e possuía, naturalmente, muitos interesses na bacia do Prata. Todos sabem da sua intervenção por ocasião da transferência da Família Real portuguesa para a Colônia, em detrimento da ação de Napoleão Bonaparte (1769-1821), que se sentiu impotente ante o poderio da Armada Britânica. A influência inglesa fazia-se sentir no Império de maneira decisiva, pois aquele país fornecia desde os barcos a vapor aos ataúdes, passando pelos simples alfinete, frigideiras e enxadas, mantendo, paralelamente, sua preponderância nas transações financeiras. Por seu lado, os Estados Unidos, potência emergente de irresistível liderança, disputava, palmo a palmo, com as principais monarquias do Velho Mundo, a hegemonia política e econômica em todo o globo.

O ministro britânico no Prata Edward Thornton teve expressiva participação nos primórdios da assinatura de Tratado da Tríplice Aliança, ao mesmo tempo em que o representante norte-americano no Paraguai, Charles Alfred Washburn, exercia, sem favor, o seu prestígio diplomático, apesar dos ressentimentos dos Presidentes Carlos e Solano Lopez, mercê da interferência militar efetuada pelos Estados Unidos nos primeiros dias de 1859:

"...chegava ao Rio da Prata uma esquadra americana de 18 navios com 191 canhões, 257 ofi-

ciais e 2.400 soldados, ao mando do comodoro William Schubrick, para exigir de Lopez satisfação pelos desaires que havia infligido aos Estados Unidos da América. Lopez era acusado, sobretudo e com razão, de haver desrespeitado a baía o navio de guerra **Water Witch**, quando avançava pelo Paraná e enfrentava Itapiru." (Tasso Fragoso)

A mediação de José Urquiza, nesse incidente, foi providencial, mas frutificou a convicção de que aquele episódio confirmava a evidência de que a poderosa nação norte-americana era hostil ao Paraguai e conspirava, junto com os inimigos vizinhos, contra a sua soberania.

5. Embora fosse um acontecimento inusitado, no Paraguai, o Congresso Nacional foi reunido (após três anos de inatividade), por injunções de Lopez e, em 18 de março de 1865, tomou várias resoluções, a saber: aprovar a declaração de guerra ao Brasil, declarar a guerra à Argentina, autorizar o Presidente a fazer a paz, quando julgasse oportuno, conceder-lhe um soldo de 60 mil "duros" anuais (seu pai, o ex-presidente Carlos Antônio Lopes - 1790-1862 - ganhava 4 mil) e aconselhar ao Marechal que se expusesse o mínimo possível, nos combates.

Empenham-se os argentinos em afirmar que Buenos Aires só tomou conhecimento da declaração de guerra (Lopez só a efetivou, em 29 de março, como vimos) no dia 1º de maio, isto é, depois da queda de Corrientes (12

de abril), acusando, destarte, os paraguaios de desleais. Tal fato é de difícil comprovação. O que é certo são as veementes e arrebatadas palavras finais do discurso do General Mitre, em Buenos Aires, para uma indignada e vibrante multidão, em 20 de maio: "...As proclamações e manifestações se irão traduzir em fatos: que dentro de 24 horas estaremos nos quartéis, dentro de 15 dias, em campanha e dentro de 3 meses, em Assunção".

O desenrolar dos acontecimentos futuros iria evidenciar que era enorme a distância entre o risonho otimismo dos chefes aliados e a dura realidade do conflito sangrento e prolongado que iria se travar.

6. Eis o Protocolo, igualmente secreto, anexo ao tratado tripartite:

Protocolo

Reunidos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores da República Argentina os Ex.^{mos} Srs. Plenipotenciários de Sua Majestade o Imperador do Brasil, do Governo da República Argentina e do Governo da República Oriental do Uruguai, abaixo assinados, concordaram no seguinte:

1º - Que em cumprimento ao tratado de aliança desta data, se fará demolir as fortificações de Humaitá e não se permitirá levantar, para o futuro, outras de igual natureza, que possam impedir a fiel execução das estipulações daquele tratado;

2º - Que sendo uma das medidas necessárias para garantir-se a paz com o governo que se estabeleça no Paraguai não deixar armas, nem elementos

de guerra, as que se encontrarem serão divididas em partes iguais pelos aliados;

3 - Que os troféus e presas que forem tomadas ao inimigo se dividam entre aqueles dos aliados que tenham feito a captura;

4º - Que os chefes superiores dos exércitos aliados combinem nos meios de executar estes ajustes.

E assinaram em Buenos Aires, em 1º de maio de 1865.

Francisco Otaviano de Almeida

Rosa

Rufino de Elizalde

Carlos de Castro

7. Há indícios de que Lopez, que dispunha de um exército de mais de 50.000 homens, pretendia seguir posteriormente pela via de acesso aberta por Estigarribia e, pessoalmente à frente de uma outra força de 20.000 homens, decidir a guerra na direção geral de Porto Alegre (tal afirmativa consta de um folheto de autoria do Dr. José Vasquez Sagastume, ministro oriental no Paraguai, à época do conflito, datado de 1894). Considerando essa hipótese, o efetivo empregado sobre Corrientes (20.000 homens) foi excessivo, pois o ataque a essa cidade seria secundário, diversionário, com o propósito apenas de fixar o General Mitre nos limites do território argentino, exigindo, para a sua execução, 10.000 soldados, no máximo. Desde que veraz a informação de Sagastume, o Mare-

chal Lopez não seguiu os princípios da massa e da economia de forças, e faltou-lhe definir o esforço principal, que seria sobre o Rio Grande do Sul. Estigarribia passaria a fazer a vanguarda do grosso do seu novo exército que, acrescido dos 10.000 combatentes economizados de Robles e somado aos 10.000 dessa vanguarda, totalizaria o significativo efetivo de 40.000 soldados, capaz de decidir a guerra em uma ação fulminante, com um único golpe de audácia (a intervenção de Tamandaré seria minimizada, porquanto o rio Uruguai, a partir da cidade do Salto - ROU - era impraticável aos seus navios). Essa operação, entretanto, deveria ser desencadeada sem perda de tempo, isto é, em fins de 1864, quando Osório ainda se encontrava engajado no Uruguai, havia a esperança de coligação com os "blancos" e a Tríplice Aliança era embrionária, fatos que lhe dariam as condições de impor uma paz negociada favorável, uma vez que derrotar complementarmente o Brasil era-lhe impossível. Lopez, todavia, atacou a província de Mato Grosso, na direção do contra-azimute do teatro de operações onde seria procurada a decisão estratégica da campanha, o do Sul.

Ao fazer esses comentários, procuro transportar o meu raciocínio para o momento histórico dos acontecimentos, ocasião em que os parâmetros influentes eram, obviamente, diferentes dos atuais. Contudo, um bom cabo-de-guerra, mesmo em meados do

século passado, no meu modesto ponto de vista, jamais teria deixado passar a oportunidade da ação ofensiva e atacado o inimigo, tardiamente e em três direções inteiramente díspares (Barros, Robles e Estigarribia).

8. O Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré (1807 – 1897), era muito cioso de sua autoridade. Na Campanha de 1864/65, fora protagonista de desagradável incidente com o Visconde do Rio Branco, na própria mesa de conversações, momento em que se recusou a reconhecer a perda de suas credenciais diplomáticas, reconsiderando, depois, a sua atitude. Nessa mesma oportunidade, fez valer publicamente a sua condição de mais antigo e, portanto, superior hierárquico do General João Propício Mena Barreto, Barão de São Gabriel (1808-1867), Comandante do “Exército do Sul”, conduta que, só devido à incomum consciência de disciplina do General, não trouxe conseqüências negativas às operações em curso.

Na Guerra do Paraguai, ficaram notórias as suas desinteligências com Flores, Mitre e, principalmente, com o General Manuel Marques de Sousa, Conde de Porto Alegre (1804-1875) – de personalidade forte e elevada estatura moral – desde a nomeação deste último para Comandante do 2º Corpo-de-Exército, até a sua própria retirada do teatro de operações, quando entregou o Comando da Esquadra ao Almirante Joaquim José Inácio, Visconde de Inhaúma (1808-1869), após a der-

rota de Curupaiti (22 de setembro de 1866). Porto Alegre – que, no cerco de Uruguaiana, se recusara a entregar o comando das tropas sitiadas ao General Mitre, mesmo contrariando Aviso do Ministro da Guerra brasileiro – brandia, com firmeza, o mesmo argumento utilizado por Tamandaré perante João Propício: a circunstância de ser mais antigo assegurava-lhe a condição de superior hierárquico do aguerrido marujo.

9. Atente o leitor para os enormes encargos de apoio logístico a serem resolvidos pelos comandantes aliados. Não existindo o Serviço de Intendência (no Brasil, a Intendência Militar só foi organizada depois da Campanha de Canudos, no fim do século XIX – 1896/7), os suprimentos eram fornecidos por civis, a maioria dos quais aproveitava a situação oferecida para tirar a maior vantagem financeira possível. Esses aventureiros – traficantes e vigaristas da pior estirpe – vendiam a preços extorsivos alimentos, remédios, roupas, armas, cavalos e, o que é pior, bebidas alcoólicas, o que contribuía amplamente para o decréscimo do índice disciplinar da tropa.

Variadas embarcações, em sua maioria pertencentes a países neutros, navegavam pelos rios trazendo a bordo meretrizes e contrabando destinados aos verdadeiros mercados ambulantes que eram montados à retaguarda das forças combatentes, as quais acompanhariam durante toda a campanha, facilitadas as suas atitudes pela morosidade na pro-

gressão para o Norte, motivada esta por fatores alheios ao desejo de todos. Em um singelo artigo publicado na revista **A Defesa Nacional**, edição referente aos meses Mar-Abr/79, tivemos o ensejo de abordar o problema das etapas alimentares castrenses, durante a Campanha de 1851/2, problema esse que, por motivos óbvios, se agravaram no conflito ora focalizado.

10. Vejamos a preocupante situação fiduciária do Império extraída do livro de Valentim F. Bouças **História da dívida externa da União**, após concluída a campanha:

"Nesse mesmo decênio (1860-70), os gastos do Ministério da Marinha passaram de 7.905:253\$000 a 16.952:788\$000 e os do Ministério da Guerra, de 11.505:722\$000 a 59.888:152\$000, sendo a receita arrecadada de 639.481:039\$986 e a despesa de 1.003.468:377\$434, o que produziu o formidável déficit de 363.987:337\$448."

Para cobrir o saldo negativo, foi negociado o empréstimo de 5.000.000 de libras esterlinas aos bancos ingleses e a circulação do papel-moeda passou de 28.090.000\$000, em 1864/5 a 151.078:550\$000, em 1870/1. Esses pesados encargos monetários forçaram a criação de novos impostos e taxas, gravaram os vigentes e aumentaram a emissão de apólices em cerca de 184.000:000\$000. Tudo encareceu o custo de vida, aviltou o câmbio de divisas, abalou o sis-

tema de crédito interno e acelerou a dívida externa, resumo que bem caracteriza essa ruínosa década financeira, consequência do enorme ônus imposto ao Império pela guerra de 1864/70.

11. O embaralhamento das fronteiras, motivado pela infundável série de convênios firmados sob a égide da instabilidade política e do colonialismo ibéricos, transformou-se em obstáculo incontornável, conduzindo o Cone Sul, implacavelmente, à situação de guerra. Eis alguns, de maior influência na evolução histórica dos povos envolvidos:

1493 (Bula Intercoetera), 1494 (Tordesilhas), 1592 (Saragoça), 1641 (Portugal-Holanda), 1668 (Restauração Portuguesa), 1703 (Methuen) 1713 e 1715 (Utrecht), 1750 (Madri), 1761 (El Pardo), 1763 (Paris), 1777 (Santo Idelfonso), 1801 (Badajoz), 1812 (Armistício Ilimitado), 1815 (Viena), 1819 e 1821 (Cisplatina), fechando o ciclo colonial e prosseguindo com os de 1828, 1844, 1850 e 1865 (Tríplice Aliança). Após a guerra de 1864-70, vários tratados solucionaram a questão das fronteiras com o Paraguai que, atualmente, se encontram inteira e definitivamente demarcadas: os de 1872, 1876, 1878 e 1927.

A monarquia absolutista, não obstante os longos anos em que conduziu os destinos da sociedade brasileira, deixou por definir a fixação das raíças com seus vizinhos, à exceção das com o Uruguai e com Paraguai, decorrentes estas de campanhas militares. A despeito da hegemonia obtida

pelo Império no continente sul-americano (preponderância essa jamais reconhecida pelos seus irmãos de língua espanhola), há de se creditar à República – e principalmente à ação diplomática de um homem, o clarividente Barão do Rio Branco – a negociação pacífica do traçado fronteiriço nacional (não confundir com o visconde, seu pai e tão venerável como ele). De qualquer modo, a realidade é que o Regime Imperial, firmemente implantado no país, foi o principal fator da integração territorial do Brasil.

12. Afirma Benites Gregório que, em 7 de maio de 1866, alguns marinheiros de alta graduação hierárquica, sulistas derrotados na Guerra de Secessão norte-americana (1861-65) e estabelecidos na Europa, ofereceram os serviços de uma flotilha de 6 modernos vapores de guerra ao Encarregado de Negócios do Paraguai na Europa Candido Barreiro, a fim de fazer a guerra de corso entre a baía da Guanabara e o rio da Prata, além de expedições de rapina contra as principais cidades marítimas brasileiras, tais como Belém, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, haja vista que o Paraguai não era signatário do tratado de Paris de 1856. Exigiam eles a bandeira, os documentos e a indispensável “carta de corso”, pois a tripulação, armamento, munição, tudo ficaria por conta dos piratas que, ainda, ofereciam a metade do butim enquanto argumentavam que o Chile durante a vitoriosa guerra contra a Confederação Perúvio-Boliviana (1839),

expedira diversas patentes a navios corsários internacionais.

O ministro guarani, de suspeita fidelidade a seu país, respondeu que não poderia conceder a autorização solicitada sem receber instruções expressas do seu governo nesse sentido, mas a assustadora notícia sobre a mirabolante ação de pirataria atravessou o Atlântico e chegou ao Rio de Janeiro e a Assunção e, como a aventura não foi tentada, é claro que Solano Lopez não deu a necessária permissão para o seu desencadeamento (era penosa a ligação do Paraguai com o resto do mundo, realizada pelo Pacífico e o Chaco, por intermédio do Chile, Peru e Bolívia, que lhe eram simpáticos).

BIBLIOGRAFIA

- FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. **História da Guerra Entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai**. Biblioteca do Exército, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1959.
- PARANHOS, José Maria da Silva... Júnior, Barão do Rio Branco. “Efemérides Brasileiras”. Volume nº 168 da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1938.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro. “**História Geral do Brasil**”. Edições Melhoramentos, 8ª Edição, São Paulo, 1975.
- BORMANN, José Bernardino, Gen. **História da Guerra do Paraguay**. Imprensa Paranaense, Curitiba, 1892.
- VASCONCELLOS, Barão de **Arquivo Nobiliarchico Brasileiro**. Imprimerie La Concorde, Lausanne (Suíça), 1918.
- LIMA, Flamarion Barreto, Gen. **Guerra do Paraguai**. Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1968.
- SCHNEIDER, L. Tradução do Mar. J. B. Bormann. **A Guerra da Tríplíce**

- Aliança Contra o Governo da República do Paraguai.** Imprensa Militar, Rio de Janeiro, 1928.
- JOURDAN, E. C., Ten.-Cel. Honorário. **História das Campanhas do Uruguay, Matto Grosso e Paraguay**, 1º e 2º volumes. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1893.
- BOUÇAS, Valentim F. **História da Divisão Externa da União** (1ª parte: 1824 - 1937). Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro, 1946.
- CUNHA, Maurílio da, Cel. **Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai**. Editora da Escola da Aeronáutica, Rio de Janeiro, 1946.
- NABUCO, Joaquim, **La Guerra del Paraguay** (versión castellana). Garnier Editora, Paris, 1901.
- COSTA, Francisco Felix Pereira da, Cirurgião-Mor da Armada, **História da Guerra do Brasil Contra as Repúblicas do Uruguay e Paraguay**. Livraria de A. G. Guimarães, Rio de Janeiro, 1870.
- JOURDAN, E. C., Ten.-Cel. Honorário. **Guerra do Paraguay**. Typographia Laemmert, Rio de Janeiro, 1890.
- BRITO, Lemos, Prof. **Solano Lopez e a Guerra do Paraguay** (Réplica a Carlos Pereyra). Typographia da Escola XV de Novembro, Rio de Janeiro, 1927.
- PEREYRA, Carlos. **Francisco Solano Lopez y la Guerra del Paraguay**. Editorial América, Madri, 1919.
- BENITES, Gregório, Plenipotenciário Paraguai na Europa, durante a guerra.
- Primeiras Batallas contra la Triple Alianza.**
- RESQUIN, Francisco Isidoro, Gen. paraguai. **Dados Históricos de la guerra del Paraguay - contra la Tríplice Alianza**, Imprenta Militar, Assunção (1971).
- Archivo del General Mitre. **Guerra del Paraguay**, Biblioteca de la Nación, Buenos Aires, 1911.
- GARMENDIA, José Inacio. **Recuerdos de la Guerra del Paraguay**. Casa Editora de Jacobo Peuser, Buenos Aires, La Plata e Rosário, 1891.
- BEVERINA, Juan, Cel. argentino. **La Guerra del Paraguay**, 5º volume. Establecimiento Gráfico Ferrari Hermanos, Buenos Aires, 1921.
- HERRERA, Luis Alberto de. **Antes y después de la Triple Alianza**, tomos I e II. Imprenta Adroher, Montevideo, 1951.
- VALLEJA, Leon de, Cel. uruguai. **Diário de la campaña de las fuerzas armadas contra el Paraguay**. Imprenta de el Pueblo, Montevideo, 1866.
- FIX, Theodoro, Cap. francês. **História da Guerra do Paraguay**. Rio de Janeiro Garnier, 1872.
- SENA, Davis Ribeiro de, Ten.-Cel. FN. **Sei que morro... Por que tombaram?** Revista Militar Brasileira, Mai/Ago 79.
- Documentos originais (Decretos, Alvarás, Portarias, Ordens do Dia, Fés-de-Offício etc.) existentes no Centro de Documentação do Exército.



O Cel. Cav. R/1 Davis Ribeiro de Sena tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo civil, tem os cursos de Administração de Empresas (Bacharel), de Organização e Métodos, de Administração de Pessoal e o Curso de Introdução a Computadores para Executivos. Entre as comissões militares desempenhadas destacam-se: Chefe da 3ª Seção da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria, RS), Chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército (Brasília, DF), Chefe da 4ª Seção da Inspetoria Geral das Polícias Militares (Brasília, DF) e Comandante do 17º Regimento de Cavalaria (Amambai, MS).